

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JANINE MACIEL GUILHERME

**IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A PRESENÇA MUÇULMANA PARA O
ABATE *HALAL* NOS FRIGORÍFICOS DO OESTE CATARINENSE**

CHAPECÓ

2024

JANINE MACIEL GUILHERME

**IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A PRESENÇA MUÇULMANA PARA O
ABATE *HALAL* NOS FRIGORÍFICOS DO OESTE CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro

**CHAPECÓ
2024**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Guilherme, Janine Maciel
IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A PRESENÇA MUÇULMANA PARA
O ABATE HALAL NOS FRIGORÍFICOS DO OESTE CATARINENSE /
Janine Maciel Guilherme. -- 2024.
64 f.

Orientador: DOUTOR Vicente Neves da Silva Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2024.

1. ABATE HALAL, IMIGRAÇÕES, FRIGORÍFICOS, CHAPECÓ,
OESTE CATARINENSE. I. Ribeiro, Vicente Neves da Silva,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

JANINE MACIEL GUILHERME

**IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A PRESENÇA MUÇULMANA
PARA O ABATE *HALAL* NOS FRIGORÍFICOS DO OESTE CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito
para obtenção do título de Licenciada em
História.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 02/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO**
Data: 02/10/2024 22:36:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro - UFFS

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **JOSE CARLOS RADIN**
Data: 03/10/2024 08:51:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS

Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **JOAO CARLOS TEDESCO**
Data: 03/10/2024 10:48:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Carlos Tedesco – UPF

Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **LAIS MENEGUELLO BRESSAN**
Data: 07/10/2024 10:52:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ma. Laís Meneguello Bressan – IHEID

Avaliadora

Dedico este trabalho ao meu eu de 20 anos
atrás, que tanto sonhou com este momento.
Demorou, mas aconteceu.

AGRADECIMENTOS

Ao estimado professor Vicente, meu orientador, obrigada por toda a ajuda e colaboração, pelas muitas trocas de ideias, pelo estímulo, apoio e confiança. A ti, todo meu carinho e admiração.

Aos professores que fizeram parte da minha formação, que trilharam esse caminho junto comigo desde o início, que abriram as comportas da minha mente, me ajudando a sair do ninho e voar. Mestres, obrigada por tudo.

À minha família, que vibrou pela minha conquista e sempre entendeu que muitas vezes precisei priorizar os estudos e a pesquisa. Aos meus amigos e colegas de trabalho, agradeço o apoio, a força, o amor e os puxões de orelha.

Ao amigo imigrante que a pesquisa me trouxe, sempre me atendendo pronta e pacientemente quando surgia alguma dúvida sobre as tradições islâmicas ou sobre o abate *halal*. *Shukran*.

Finalmente, meu agradecimento à Universidade Federal da Fronteira Sul e a todos que lutaram pela criação dessa Instituição que me permitiu realizar o maior sonho da minha vida. Obrigada, UFFS, a *alma mater* que me proporcionou conhecimento, amigos, lembranças e emoções que seguirão comigo por toda a vida.

Os migrantes fogem por causa da pobreza, do medo, do desespero. Para eliminar estas causas e assim acabar com as migrações forçadas, é necessário o empenho comum de todos, cada qual segundo as próprias responsabilidades; empenho esse, que começa por nos perguntarmos o que podemos fazer, mas também o que devemos deixar de fazer. Devemos prodigalizar-nos para deter a corrida armamentista, o colonialismo econômico, a pilhagem dos recursos alheios, a devastação da nossa casa comum. (Papa Francisco, 2023)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o contexto da presença de imigrantes de religião islâmica na região Oeste de Santa Catarina, vindos de diferentes países, para executar o abate religioso *halal* nos frigoríficos. Para isso, buscamos entender as especificidades do abate *halal* em termos religiosos, econômicos e culturais. Apresentamos a trajetória migrante de um trabalhador muçulmano que atua na cidade e o papel das certificadoras do abate *halal* e sua importância para as exportações de frango para países árabes. Buscamos também conhecer os fatores dos fluxos migratórios que forjaram a região oeste e a cidade de Chapecó, a princípio com a chegada de colonos descendentes de alemães, italianos e poloneses, vindos das antigas colônias gaúchas. Desde 2011, temos a chegada de imigrantes haitianos, oriundos de uma diáspora acelerada pelo terremoto de 2010. Mais recentemente, a grande onda migratória de venezuelanos, refugiados de uma grande crise humanitária. Procuramos demonstrar as dificuldades enfrentadas por esses grupos, baseadas no racismo e xenofobia, além do adoecimento causado pelo trabalho nos frigoríficos.

Palavras-chave: abate *halal*; muçulmanos; imigração; oeste catarinense.

RESUMEN

El presente trabajo busca analizar el contexto de la presencia de inmigrantes de religión islámica en la región Oeste del estado de Santa Catarina, provenientes de diferentes países, para llevar a cabo el corte halal en los frigoríficos. Para ello, buscamos entender las especificidades del sacrificio halal en términos religiosos, económicos y culturales. Presentamos la trayectoria migrante de un trabajador musulmán que actúa en la ciudad y el papel de las certificadoras del sacrificio halal y su importancia para las exportaciones de pollo a países árabes. Buscamos también conocer los factores de los flujos migratorios que forjaron la región oeste y la ciudad de Chapecó, inicialmente con la llegada de colonos descendientes de alemanes, italianos y polacos, provenientes de las antiguas colonias gaúchas. Desde 2011, hemos visto la llegada de inmigrantes haitianos, originados de una diáspora acelerada por el terremoto de 2010. Más recientemente, ha habido una gran ola migratoria de venezolanos, refugiados de una grave crisis humanitaria. Buscamos demostrar las dificultades enfrentadas por estos grupos, basadas en el racismo y la xenofobia, además de las enfermedades causada por el trabajo en los frigoríficos.

Palabras clave: corte halal; musulmanes; inmigración; Oeste de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS MIGRAÇÕES NO OESTE DE SANTA CATARINA: ONTEM E HOJE	14
2.1 CHAPECÓ: O CENTRO DO OESTE CATARINENSE.....	15
2.2 A CHEGADA DOS HAITIANOS.....	17
2.3 VENEZUELA: A MIGRAÇÃO DO DESESPERO.....	21
2.4 A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NAS ESCOLAS E NA UNIVERSIDADE.....	25
3 A AGROINDÚSTRIA E A DEMANDA POR MÃO DE OBRA	28
3.1 IMIGRANTES: SUJEITOS DE E PARA O TRABALHO.....	31
3.2 A INDÚSTRIA DO ADOECIMENTO.....	34
4 ABATE HALAL E A PRESENÇA MUÇULMANA NO OESTE CATARINENSE	37
4.1 AS ESPECIFICIDADES DO ABATE HALAL.....	38
4.2 ISLAMISMO: UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA.....	42
4.3 O ISLAMISMO NO BRASIL E NO MUNDO.....	43
4.4 EMPRESAS CERTIFICADORAS.....	45
5 TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE MUÇULMANO	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela presença de muçulmanos em Chapecó começou no terceiro semestre da graduação, em 2019, quando elaborei um trabalho para a disciplina de História Medieval, focando nas origens do Islã. Nesse contexto, conheci alguns muçulmanos que viviam na região. Após conversar com o paquistanês Amjad, que morava no Brasil há sete anos, consegui entrar em contato com o *sheik*¹ responsável pela Mussala² de Chapecó, o que me possibilitou visitar e conhecer o local.

No dia 03 de maio de 2019, uma sexta-feira (dia de oração coletiva), fui até a casa do *sheik* Emadi Obaid, um sírio refugiado de guerra, cujas salas da casa alugada serviam como local de oração. Já orientada por Amjad, fui vestida de calça comprida e camisa cobrindo os braços. Ao chegar, fui direcionada a uma sala destinada às mulheres, que rezam separadas dos homens. Como a sexta-feira é um dia sagrado para os muçulmanos, mas também um dia comercial no Brasil, poucos fiéis puderam comparecer à oração do meio-dia. Enquanto aguardava o início da oração, conversei com a única mulher presente naquele dia, a professora Marli Kadri, uma brasileira convertida, que me explicou algumas tradições do islamismo.

As orações tiveram início após o chamamento, um som melódico entoado por um dos presentes. A palestra do *sheik* começou após a primeira oração e era traduzida para o português, parte a parte, pelo brasileiro Ibrahim, descendente de libaneses que fala o árabe clássico. Um dos temas abordados no sermão foi o início do Ramadã, já que no dia seguinte seria observada, na Arábia Saudita, a mudança de fase da lua, que determina o início do mês sagrado. O *sheik* também passou instruções de como se comportar durante o mês do Ramadã. Após o fim do sermão, foi realizada a última oração.

Após a saída dos frequentadores, Emadi e Ibrahim se juntaram a nós na sala de orações feminina, onde nos foi servido um chá turco. As perguntas e respostas eram traduzidas por Ibrahim. Emadi contou de sua saída da Síria, tendo se refugiado primeiramente no Líbano, de onde saiu em direção ao Brasil. Na capital paulista, foi recepcionado no Centro Islâmico de São Paulo, que o encaminhou a Chapecó. Em seu país natal, o *sheik*, de corrente sunita, era professor de religião. Em Chapecó, além de ser o responsável pela Mussala, desenvolvia o trabalho de supervisor do corte *halal* na BRF. Perguntado sobre o choque cultural que teve ao chegar ao Brasil, respondeu brincando que “não tinha cabelos brancos antes de vir para cá”.

¹ Expressão respeitosa para designar quem tem conhecimento religioso

² Sala de oração.

Conversamos sobre o perfil dos imigrantes muçulmanos, em geral homens que migram sozinhos e que trabalhavam na BRF, numa estimativa de cerca de setenta pessoas de diversas nacionalidades, além de aproximadamente vinte brasileiros convertidos. Falamos também sobre as festas islâmicas, cuja religião não tem a tradição de comemorar o ano novo, que para eles havia iniciado em setembro de 2018³.

Sobre um dos assuntos mais polêmicos do Islamismo, o suposto papel de submissão feminina, me explicaram que o homem tem a obrigação de proteger a mulher e prover a família. Caso a mulher trabalhe, não tem a obrigação de contribuir financeiramente com as despesas, a não ser que assim o deseje. Os homens muçulmanos podem se casar com mulheres das outras religiões do livro (cristãs e judias), sem que haja a necessidade de conversão delas, já as muçulmanas só podem se casar com homens da mesma religião. Na tradição islâmica, inexistem asilos, os filhos têm a obrigação de cuidar dos pais, especialmente da mãe.

Alguns outros assuntos foram tratados no dia, com meus anfitriões muito solícitos em esclarecer as dúvidas que eu tinha sobre a religião islâmica e suas tradições. A entrevista terminou com uma mensagem do *sheik* dizendo que a “religião islâmica é um código completo que veio para responder às perguntas: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. A religião ajuda a viver feliz nessa vida e na outra e tudo que fazemos se torna uma justificativa a favor ou contra nós no dia do Juízo Final”.

Desenvolver uma pesquisa sobre os muçulmanos que vivem em Chapecó continuava nos meus planos. Em um evento sobre a questão palestina realizado na UFFS, conheci um muçulmano de origem egípcia⁴ que trabalha no conglomerado Brasil *Foods* (BRF), o qual se disponibilizou a me ajudar, e assim nos reunimos por duas vezes, além dos constantes contatos via aplicativo de mensagem. A pesquisa esbarrou na quase inexistência de produções acadêmicas sobre essa migração específica no oeste catarinense, por isso a participação de Samir foi fundamental.

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a presença dos muçulmanos que realizam o corte *halal* nos frigoríficos do oeste catarinense. Antes de chegar a esse ponto, começaremos analisando as migrações que colonizaram a região e, mais especificamente, a cidade de Chapecó, cuja ocupação foi atrasada pelas disputas territoriais tanto em âmbito

³ O calendário muçulmano é lunar. Cada mês se inicia quando a lua crescente aparece pela primeira vez após o pôr-do-sol. No ano da entrevista, os muçulmanos estavam no ano AH 1400 (Ano da Hégira)

⁴ Nome e função na BRF serão mantidos em sigilo. Para identificá-lo, será usado o nome fictício de Samir.

nacional quanto internacional, que se define apenas em 1916 após a assinatura do Acordo de Limites. Ocupando terras adquiridas através das empresas colonizadoras, chegaram na região colonos descendentes de alemães, italianos e poloneses vindos das antigas colônias do Rio Grande do Sul (Vicenzi, 2016). As ações dos colonizadores resultaram no apagamento da história da população que habitava a região, composta por indígenas e caboclos.

Buscando discutir o contexto das migrações contemporâneas, analisaremos a chegada e os desafios enfrentados por imigrantes haitianos e venezuelanos. A configuração populacional da cidade de Chapecó é alterada pelo expressivo número de estrangeiros, que começam a chegar de forma relevante após 2011, quando diversas empresas da região, especialmente os frigoríficos, captam a mão de obra de imigrantes vindos do Haiti, que entraram maciçamente no Brasil após o terremoto de 2010. Para atender às demandas dos novos imigrantes, o país precisou constituir um novo marco legal, concedendo aos haitianos o visto por questões humanitárias (Bernartte et al, 2015) Em Chapecó, os haitianos enfrentam o racismo, velado ou não, da população acostumada a supervalorizar os ascendentes europeus (Soares e Andreola, 2017). Por ser a primeira dessa nova leva de migração, bem como pela integração possibilitada pelo Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI), a presença haitiana é amplamente estudada no meio acadêmico, tanto por estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), quanto de outras instituições de ensino.

Mais recente, porém com um número tão expressivo que a torna o maior fluxo migratório da atualidade na América Latina, temos a diáspora venezuelana. Os imigrantes do país vizinho recebem no Brasil o *status* de refugiados, após fugirem de uma grave crise humanitária ocasionada por problemas econômicos e políticos após a morte de Hugo Chávez. O Brasil criou a Operação Acolhida, em 2018, buscando a realocação desses imigrantes das cidades do estado de Roraima para outras cidades em todo o país, num processo de interiorização (Brasil, 2023) Nesse contexto, Santa Catarina foi o estado que mais recebeu venezuelanos, transformando Chapecó na terceira cidade do Brasil em número de recebimento de imigrantes da Venezuela. Diferentemente dos haitianos, que sofrem com o racismo causado pelo despreço da população a seus corpos negros, os venezuelanos enfrentam o peso da xenofobia (Signori e Stube, 2024), uma vez que muitos brasileiros, desde o início, os tratam como inferiores e impróprios.

Na segunda parte da pesquisa, partimos da análise da presença de tantos imigrantes em Chapecó e região devido à grande demanda de mão de obra gerada pelas empresas frigoríficas.

Considerados sujeitos para o trabalho, e trabalhando pelo desejo de melhores condições de vida (Tedesco, 2016), os imigrantes precisam se sujeitar a um regime de superexploração, ocupando um mercado de trabalho que não era mais suficientemente atendido pelos trabalhadores locais.

Surgidas entre as décadas de 1940 e 1960, os frigoríficos do Oeste catarinense vem passando por um processo de expansão e fortalecimento que demandou um número de vagas que não era mais suprido pelos brasileiros. Inicialmente ocupadas por filhos de agricultores (Renk, 2016), as vagas de trabalho nos frigoríficos aumentam devido ao desenvolvimento da indústria, além da alta rotatividade de trabalhadores adoecidos pelo trabalho pesado e insalubre. A expansão da indústria torna Santa Catarina o segundo maior produtor e exportador de carne de frango do país.

Na terceira parte, chegamos ao objetivo central do trabalho, onde buscamos analisar a presença de imigrantes de religião islâmica para atender as demandas do abate religioso *halal*. Em menor número que haitianos e venezuelanos, porém desempenhando um papel fundamental nos frigoríficos, os muçulmanos, vindos de diversos países, desempenham a função de sangradores, além de atuarem como monitores e supervisores (Lopez, 2019).

Além de abordarmos as especificidades do abate *halal*, buscamos apresentar uma breve síntese histórica do Islamismo e analisar a sua presença no Brasil e no mundo. A religião islâmica define *halal* como “lícito”, “permitido”, mas esse conceito vai além da forma correta de abate de animais para o consumo. *Halal* abrange uma gama de comportamentos éticos e morais, incluindo vestimenta, respeito ao próximo, finanças e alimentação. De acordo com as leis islâmicas, é permitido consumir apenas alimentos *halal*, que são benéficos à saúde e permitidos por Deus, conforme diversos versículos do Alcorão⁵.

Em seguida, examinaremos o papel das empresas certificadoras, responsáveis pela fiscalização de todo o processo *halal*, uma exigência dos países de maioria árabe que importam alimentos do Brasil. As certificadoras são também encarregadas de contratar mão de obra muçulmana. Para finalizar, apresentaremos a narrativa da trajetória migratória de um trabalhador muçulmano que atua na BRF, cuja contribuição para esta pesquisa foi crucial.

Sob a perspectiva da História Social, a pesquisa adota uma abordagem metodológica predominantemente bibliográfica. Isso envolve a análise de fontes históricas e produções acadêmicas, além da consulta a diversas fontes em páginas institucionais, governamentais, periódicos, reportagens, notícias e depoimentos orais.

⁵ Livro Sagrado do Islamismo.

2 - AS MIGRAÇÕES NO OESTE DE SANTA CATARINA: ONTEM E HOJE

Santa Catarina tem seus limites territoriais, nacionais e internacionais, definidos apenas no século XX, após o Acordo de Limites firmado em 1916. O Oeste catarinense acabou sendo a última região do estado a ser colonizada, após o fim da Guerra do Contestado. A colonização ficou definida pela chegada de descendentes de alemães, italianos e poloneses vindos do Rio Grande do Sul, “que, de modo geral, passaram a ser chamados como os de *origem*, em oposição à população nativa” (Renk, 2016, p.193). Os caboclos aqui presentes não tinham a posse de suas terras legalizadas, sendo expropriados pelas companhias colonizadoras, o que se intensifica “a partir da concorrência pelas matas através da frente de expansão iniciada com a colonização do Oeste de Santa Catarina, a partir da migração de colonos italianos e alemães do Rio Grande do Sul para aquela região”. (Wedig, 2012, p.3)

O estado de Santa Catarina precisava legitimar as terras disputadas, ocupando os espaços para garantir o domínio da região frente às disputas territoriais. De acordo com Radin (2019, p.730), a ocupação do Oeste catarinense era vista como uma necessidade para o progresso.

A percepção do representante do poder público, assim como de parte significativa da intelectualidade brasileira, era de que as áreas do interior do país, como as do Oeste Catarinense, fossem transformadas em ‘espaços de progresso’. Isso significava expandir a civilização para difundir as práticas capitalistas que promovem a exploração dos recursos naturais, estimulassem as atividades agrícolas e promovem a gradativa industrialização do país.

As empresas colonizadoras eram responsáveis pela propaganda das terras catarinenses aos colonos gaúchos, oferecendo condições de pagamento facilitadas e apresentando o espaço como fecundo e rico. Os colonos ficavam na obrigatoriedade de construir e residir nos lotes, sob pena de terem as terras tomadas caso não cumprissem a obrigação contratual. Segundo Vicenzi (2014, p.305-306), a Colonizadora Bertaso foi uma das grandes responsáveis pela vinda de colonos gaúchos ao Oeste.

Através da propaganda, realizada no Rio Grande do Sul, que enfatizava o caráter virgem e fértil das terras oferecidas, a Colonizadora Bertaso incentivava os migrantes a adquirir pequenos e médios lotes rurais no oeste de Santa Catarina. Sobretudo, a propaganda proporcionou a rápida propagação entre os colonos gaúchos da ideia de que a ‘riqueza’ aguardava a todos, no oeste de Santa Catarina. As promessas de ganho para os colonos criavam a expectativa de uma nova vida, apesar de tratar-se de uma continuidade, sem variações de qualidade, da economia conhecida nas colônias velhas gaúchas.

As terras não escrituradas, chamadas de “devolutas”, foram cedidas pelo governo

catarinense para a empresa *Brazil Development e Colonization Co.* que deveria proceder a colonização, demarcar lotes e abrir estradas. No entanto, a empresa delegou as tarefas a diversas outras colonizadoras, entre elas a Colonizadora Bertaso, Companhia Territorial Sul Brasil, Chapecó-Peperi, etc. As colonizadoras organizaram o espaço rural e trouxeram para a região descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses que habitavam o Rio Grande do Sul e precisavam de novas terras, após o esgotamento de colônias disponíveis no estado gaúcho.

2.1 CHAPECÓ: O CENTRO DO OESTE CATARINENSE

As questões que atrasaram a colonização do Oeste catarinense se refletiram na cidade de Chapecó, a principal da região. Com a criação do município de Chapecó, em 1917, a colonização começa a ocorrer, concomitantemente à instalação de empresas colonizadoras, que comercializavam madeira e terras na região, ficando responsáveis pela delimitação de terras e a venda dos lotes. Segundo Signori e Stube (2024, p.209),

Para situarmos geograficamente, o Oeste catarinense no período aproximado entre as décadas de 1920 e 1960 compreendia uma área com cerca de 14 mil Km² nominada como município de Chapecó, ocupando o que atualmente é conhecida como região oeste de Santa Catarina, dividida em 70 municípios. Por ser uma região de fronteira internacional, foi palco de várias disputas entre Espanha e Portugal, Brasil e Argentina, bem como entre os estados do Paraná e Santa Catarina, todos visando a definir os limites territoriais e a própria definição das fronteiras entre os estados.

Criada em 1918 e sediada em Chapecó, a colonizadora Ernesto Francisco Bertaso foi uma das grandes responsáveis pela chegada de colonos à região. “Nesse sentido, a fundação da Empresa Bertaso pode ser apresentada como o desdobramento e materialização *oportunistamente*, pelos *colonizadores*, das expectativas e dos interesses do governo e das elites do Estado catarinense, no relativo à política de colonização”. (Vicenzi, 2014, p.305)

A chegada dos colonos gaúchos altera o quadro étnico da região, habitada originalmente por índios Kaingang e após por caboclos (luso-brasileiros) que se miscigenaram com os indígenas. Segundo Renk e Winckler (2018, p.14),

Outro traço comum desses imigrantes é a identidade étnica. Eram, na quase totalidade, descendentes de alemães, italianos e poloneses. Compravam as terras como estratégia de reprodução social camponesa. No discurso dos colonos encontramos alguns marcos fundantes, tais como a figura do herói fundador, o ascetismo justificando a sociodiceia e, eventualmente, a reconversão de trajetória de agricultor em comerciante ou congêneres. Cabe ressaltarmos que as companhias colonizadoras concorriam entre si para vender o maior número de lotes.

Os nativos viviam da agricultura de subsistência, da produção de erva-mate e do

tropeirismo, que foi substituída pelos colonos para o modelo de produção de excedentes, exploração madeireira e o desenvolvimento da agricultura e pecuária.

A formação da cidade de Chapecó começa a se desenhar com o estabelecimento dos primeiros hotéis e lojas, tendo como primeira e principal atividade econômica a “compra de produtos agrícolas e venda de manufaturados” (Rosseto, 2014, p.262).

Desde o início de sua história, Chapecó demonstra uma tendência em apagar outros povos, como fica evidenciado pela ausência dos povos originários no censo de 1920. Segundo Silva e Rosa (2010, p.148-149),

O censo de 1920 inclui nos quadros estatísticos o recém-criado município de Chapecó, estimando sua população em 11.315 habitantes, dentre os quais, 543 estrangeiros (441 argentinos, 68 paraguaios, 12 italianos, 8 uruguaios, 5 alemães, 3 turcos, 3 poloneses, 1 austríaco, 1 espanhol e 1 suíço).

Essa tendência se manteve ao longo do tempo, começando com os grupos indígenas, e chegando aos “imigrantes errados”, os que não vieram da Europa para construir e enriquecer o estado. Segundo Villela (2014, p.162),

O município de Chapecó, ao longo de sua consolidação, acabou por imprimir claras e profundas marcas deste processo na sua história, e conseqüentemente, na sua cultura. Ao negar qualquer tipo de civilidade pré-existente, como a indígena e cabocla, por exemplo, deixa clara a discriminação étnica e social para com as comunidades residentes: historicamente os habitantes nativos da região. Como consequência, tem-se a negação simbólica no que se refere qualquer vestígio desta comunidade no assentamento urbano e no modo de vida da comunidade, bem como a supra valorização da migração alemã, italiana e polonesa que aqui foram incentivadas a residir e constituir relações. Esse processo ocorre de forma tão forte que hoje se tem verdadeiros espaços de repulsa e segregação de definem e caracterizam o território municipal.

Segundo dados do censo do IBGE de 2022, a população de Chapecó era de 254.785 pessoas, com um crescimento de 38,8% em relação ao censo anterior de 2010. Dentro dessa população encontra-se um número significativo de estrangeiros, que começou a crescer na última década com a chegada dos primeiros imigrantes haitianos, vindos de um contexto de problemas políticos, econômicos e sociais agravados pelo terremoto de 2010.

O número de estrangeiros em Chapecó era estimado, em 2022, entre 14 mil e 16 mil. O responsável pelo Centro de Atendimento aos Imigrantes (CAI), Luiz Rodrigues, revelou, em notícia publicada no Diário do Iguçu em novembro de 2022, que mais de 1.500 estrangeiros chegam a Chapecó todo mês, no entanto, muitos fazem o registro no CAI e acabam se deslocando para outras cidades da região. A coordenadora do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), Aldarice Pereira da Fonseca, informou que eram, à época, 13.664 imigrantes, de 44 nacionalidades diferentes, cadastrados no SUS de

Chapecó, entre eles, 8.721 venezuelanos e 4.213 haitianos.

O novo processo migratório em Chapecó se caracteriza por uma onda de migração que traz ao estado haitianos, venezuelanos e muçulmanos de diversas nacionalidades, além de trabalhadores de todas as regiões do país, para atender às demandas do mercado de trabalho disponibilizadas pelo crescente desenvolvimento das agroindústrias presentes na região oeste. Os novos fluxos migratórios na região refletem uma realidade que abrange o Brasil todo. Se no início a migração era norte-sul, tanto para ocupação do território, quanto buscando o “branqueamento” da população, as atuais migrações ocorrem no sentido sul-sul. “As experiências de diversos povos com signos, códigos, linguagens, idiomas e tradições distintas definem, por assim dizer, espaços de identificação, bem como o lugar que ocupam na divisão do trabalho e suas correspondentes divisões sociais fora dele”. (Pereira e Tostes, 2021, p.381) E a integração desses imigrantes com a população local enfrenta diversas dificuldades.

2.2 A CHEGADA DOS HAITIANOS

De acordo com Zamberlan *et al.* (2014 *apud* Risson; Dal Magro; Lajús, 2017, p.147) “O Haiti possui uma história marcada por escravidão, disputas de poder, governos ditadores, golpes militares, os quais foram determinantes para a atual situação de pobreza no país”. Sua capital, Porto Príncipe, foi devastada por um terremoto em janeiro de 2010, que resultou na morte de mais de 200 mil pessoas. A tragédia deteriorou ainda mais as condições que já eram precárias, intensificando a atuação dos fatores de expulsão sobre a dinâmica de emigração do país.

Em fevereiro de 2010 os primeiros haitianos chegaram ao Brasil, a maioria pela rota mais comum, que passa pela República Dominicana, Equador e Peru, entrando no Brasil pelo estado do Acre. O processo migratório do Haiti se caracteriza por um projeto que envolve familiares e amigos, que financiam a saída do emigrante que, após colocado no mercado de trabalho no país de refúgio, envia dinheiro para pagar o “empréstimo” feito, movimentando a economia local. As remessas de dinheiro enviadas aos familiares que ficaram no Haiti são tão significativas que interferem no Produto Interno Bruto (PIB) haitiano.

A configuração da migração haitiana no Brasil vai se modificando com o passar do tempo. Inicialmente, chegaram homens sozinhos, com idade entre 25 e 35 anos. Posteriormente, vieram as mulheres haitianas, em sua maioria esposas que vem ao encontro dos maridos aqui

presentes. Em um terceiro momento, ocorre a vinda dos filhos que haviam ficado no Haiti. Os haitianos chegaram inicialmente protegidos pelo status de refugiados, amparados pelo Estatuto dos Refugiados, segundo a Lei 9.474 de 22 de julho de 1997. De acordo com Soares e Andreola (2017, p.87),

A partir de 2012, um novo marco legal foi constituído especificamente para normatizar a entrada de imigrantes haitianos no Brasil, trata-se da Instrução Normativa 97/2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração, que resolve atribuir um caráter diferenciado ao nacional do Haiti, concedendo-lhe o visto humanitário (Resolução Normativa CNIg nº 97 de 12/01/2012).

Bernartte et al. (2015, p.7) reforça

Os haitianos não poderiam ser reconhecidos como refugiados, em função da ausência de ameaça ou efetiva perseguição política, mas também não podiam ser devolvidos ao país de origem, já que suas vidas estavam em perigo. Nesse contexto, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), que recebeu os pedidos de refúgio, decidiu buscar uma solução alternativa e facilitar a permanência dos haitianos no Brasil. Por decisão conjunta entre Governo e Sociedade Civil, decidiu-se remeter os processos ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e ali foi tomada a decisão de conceder-lhes um visto de caráter especial, o visto por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 anos.

Em Chapecó, a chegada de haitianos começa em 2011, quando a empresa Fibratec investe na vinda de 24 imigrantes. “Foi numa conversa de amigos que o empresário ficou sabendo dessa mão de obra disponível na cidade de Brasiléia (AC), sendo que passou a investir para trazê-los até a região”. (Bernartte et al. 2015, p.13). Rapidamente outras empresas da cidade e da região passaram a cooptar a mão de obra haitiana, especialmente as agroindústrias. “Outro aspecto que se mostrou fundamental para a escolha desses imigrantes pelo oeste catarinense foi a presença de empregadores na cidade de Brasiléia, no Acre, fazendo seleção e contratação para postos de trabalho em municípios como Chapecó”. (Risson; Dal Magro; Lajús, 2017, p.147) A mão de obra imigrante era tão necessária para as empresas, que muitas custearam a vinda, a moradia e a alimentação dos haitianos por alguns meses.

Em entrevista ao portal Diário do Iguazu, publicada em 20/06/2023, o presidente da Associação de Moradores Haitianos no Brasil (AMHB), Daniel Decimus revela que, atualmente, quase 6 mil haitianos residem em Chapecó.

Para Daniel, uma das principais ações da AMHB é a parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e com a Embaixada do Haiti no Brasil para mutirões de atendimento a imigrantes para resolver problemas de documentação: “Muitos imigrantes precisavam renovar o passaporte haitiano, e era uma grande dificuldade conseguir esse serviço na região. Fizemos um pedido para a Embaixada, e com a parceria da UFFS e da Prefeitura de Chapecó, eles nos atenderam. Atendemos mais de 2 mil pessoas em 2022, e no último mutirão, em fevereiro, atendemos mais de mil pessoas e foram entregues mais de 2 mil carteiras de identidade”.

Outro problema relatado por Daniel, e enfrentado por muitos estrangeiros no país, diz respeito à revalidação de diplomas emitidos em seus países de origem. “Existem centenas de migrantes com diplomas haitianos, alguns até já revalidados pelo governo brasileiro, mas que não conseguem emprego nas áreas para onde se prepararam.” Nesse contexto, o Brasil segue um padrão dos países que recebem imigrantes: o rebaixamento da formação profissional, gerando um decréscimo da posição social e acadêmica. As áreas de formação dos estrangeiros antes de adentrarem o território brasileiro são irrelevantes para o mercado de trabalho local, uma vez que aqui precisam se sujeitar ao trabalho braçal e pesado. Uma dura realidade que atinge todos os “imigrantes errados”, haitianos, sul-americanos e africanos, aqueles que vêm para o Brasil em busca de trabalho e sobrevivência. Khalil (2018, p.13) também relata as dificuldades.

Em terras brasileiras, o diploma de curso superior em contabilidade de Moussa Não tem validade. Caso quisesse exercer sua profissão de contador, iniciaria um processo de revalidação de diploma que, além do alto custo financeiro em taxas e tradução de documentos, pode se alongar por um longo período de tempo, o que direciona muitos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio com elevado nível educacional e formação acadêmica ao subemprego, trabalhos informais, e trabalhos análogos à escravidão.

No entanto, o maior revés enfrentado por haitianos e haitianas está além de possíveis soluções: o racismo. “A recepção haitiana no Oeste Catarinense tem sido condicionada pelas características regionais e pelas representações e mitos que cercam o estado de Santa Catarina no contexto da história de formação do Brasil” (Soares, 2019, p.3). Historicamente, a colonização por meio de descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses vindos do Rio Grande do Sul, desde o início coloca em xeque a relação com os “outros”. “Nesse sentido, as relações entre brancos (colonos italianos e alemães) e não brancos (caboclos, indígenas, negros) foram marcadas por preconceito, exclusão e opressão dos dominantes brancos em relação aos não brancos”. (Oliveira, 2017, p.10)

A página dedicada ao jornalismo investigativo O Joio e o Trigo, publicou uma reportagem em 2021 relatando casos de violência e discriminação contra, principalmente, haitianos e africanos. O haitiano Nahum Saint Julien relata que quando começou a trabalhar no frigorífico, tinha uma carga horária média de 12 horas por dia, recebendo um salário inferior aos dos brasileiros. “O que mais me marcou foi que na minha ficha colocaram que eu era analfabeto”, relatou o haitiano que fala francês, crioulo e, agora, português. ‘Mas a gente assinava os papéis com o nosso nome e com a letra bonita’, acrescenta” (Bispo e Alves, 2021).

Com uma população majoritariamente branca, herança da imigração de origem

européia, Chapecó passa a ter uma grande presença negra com os novos chegados. Segundo Soares e Andreola (2017, p.88),

Com um contraponto a essa realidade, os imigrantes do presente têm a negritude de seus corpos como marcadores da diferença. É forçoso indagar de que forma esse corpo negro é significado em um contexto formado majoritariamente por brancos e constituído por meio da hegemonia da branquitude, caracterizada pela atribuição de maior valor social e prestígio ao grupo branco e pela associação desse grupo ao progresso, trabalho, desenvolvimento e civilização. É possível encontrar na figuração específica das relações de poder entre brancos e não-brancos construídas no marco histórico da colonização e da escravidão moderna e do racismo estrutural que organiza lugares de brancos e não brancos na sociedade brasileira, com toques de particularidades regionais.

A violência enfrentada por imigrantes negros em Chapecó é condizente com um estado que foi campeão no número de registros de injúria racial no país em 2023, segundo o relatório divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Naquele ano, Santa Catarina recebeu 2.280 denúncias. Em um estado onde a percepção popular é que “imigrante bom é imigrante branco” e que se considera um quintal da Europa, a cor da pele e o nome da família os torna “superiores”, colocando o imigrante indesejado no papel do “outro”, do “estranho”. “Quando se trata da região Oeste Catarinense, o elemento de nacionalidade não parece ter centralidade para ser utilizado contra os moradores haitianos, mas sim o fato de serem, nessa perspectiva, os estrangeiros errados”. (Koifman, 2012 *apud* Soares, 2019, p.11)

Soares e Andreola (2017, p.99) reforçam a questão racial dizendo que “são os corpos negros dos haitianos e haitianas o elemento provocador dos xingamentos e não o fato serem estrangeiros”. As entrevistas realizadas pelos autores em um bairro de Chapecó revelam falas extremamente problemáticas, que evidenciam o quanto os haitianos são vistos como uma ameaça aos moradores locais. “No bairro, eles ficam com o celular na rua, vivem na esquina, ali tem o ginásio e a academia, minhas meninas iam lá e das vizinhas fazer academia, não dá pra deixar, eles ficam lá, acho que eles não estão acostumados a ficar dentro de casa, parece”. (Entrevistada Chica) (p.105) Os entrevistados deixam claro o “estranhamento” com a cor dos haitianos, inclusive se referindo a eles como “essa pretaiada”.

Os chapecoenses se autodenominam como um povo trabalhador e desbravador, herança de seus antepassados europeus, e a cidade de Chapecó é vista como um lugar privilegiado, feito para o trabalho e para quem quer trabalhar. Fica evidente a supervalorização da imigração de descendentes europeus, considerados povos trabalhadores, que construíram o progresso do país, especialmente no Sul do Brasil. De acordo com Martine (2005, p.17),

Apesar de necessários, os migrantes são frequentemente vistos como “os indesejados”. A rejeição dos migrantes é uma constante em quase todos os processos migratórios, mas é particularmente exacerbada nos movimentos envolvendo pessoas de etnia, idioma, religião e/ou aparência marcadamente diferente dos habitantes do

lugar de destino.

A despeito da chegada dos haitianos para preencher vagas não ocupadas por brasileiros, o preconceito fica evidente entre os trabalhadores nativos, conforme dados coletados por Soares e Andreola (2017, p.96),

Eu acho que as vagas de trabalhos deveriam ser para os brasileiros, eles, estão deixando pessoas sem trabalho, não é racismo nada, as empresas estão mandando embora os brasileiros para segurar eles, estão em todos os setores. (Entrevistada Chica)

Acho que esse pessoal tem direito de ter trabalho, de uma condição de vida melhor, mas acho que o governo tem que se preocupar para não deixar trazer muita gente de fora, e deixando faltar às coisas para a nossa gente, eu penso assim, a gente precisa de saúde, de educação, de emprego. (Entrevistado Nico)

[...] Se pensar para nós (brasileiros) influencia a presença deles (estrangeiros), pois faltará para nós, o emprego, no posto de saúde. (Entrevistado Adão)

[...] chega, nós temos bastante problemas de desemprego, de saúde, e eles estão em todas as partes por aqui. (Entrevistada Chica)

A ameaça representada pela presença haitiana vai além do trabalho, da saúde e da segurança das mulheres locais. A branquitude sulista também é ameaçada pela presença de tantos corpos negros. O medo da “mistura” de raças em Chapecó suscita o desejo de despejo dessa população negra: “o governo deveria controlar, para não aumentar muita a população, porque aumentando a população [haitiana] com certeza vai começar a dar problema social, vai misturar raça, vai modificar costumes, vai alterar o jeito de nosso estado, país” (Entrevistado Nico) (p.108) A valorização da ocupação europeia na região coloca os moradores locais em uma bolha racial que ignora a miscigenação do povo brasileiro, hierarquizando os brancos e subjugando os não-brancos.

2.3 VENEZUELA: A MIGRAÇÃO DO DESESPERO

Se nos primeiros anos da década de 2010 a imigração haitiana dominou os números de entrada de imigrantes no Brasil, a partir de 2016 a Venezuela se torna protagonista de um grande processo de expulsão. Passando por uma grave crise humanitária gerada por problemas econômicos e políticos, entre 2015 e 2017 o número de venezuelanos fora de seu país chegou a 1,6 milhões.

Entre 1999 e 2013, no governo de Hugo Chávez, com a renovação do modelo petrolífero, houve queda na desigualdade e na pobreza, melhoria de serviços de saúde, educação e

alimentos. Após a morte de Chávez, em 2013, ocorreu uma queda do preço do petróleo, resultando em uma profunda piora nas condições de vida, seguindo-se em uma perda das melhorias sociais alcançadas nos anos anteriores. No governo de seu herdeiro político Nicolás Maduro, surgiu uma nova onda extrativista, através da mineração de larga escala. “Foi posta em marcha uma política de criação de zonas econômicas especiais, na qual a regulamentação trabalhista, ambiental e dos povos indígenas se faz flexível com o objetivo de atrair o capital transnacional”. (Castro, 2020, p.6)

A consequência mais visível desse processo político é a massiva diáspora venezuelana, tornando-se o maior fluxo migratório da América Latina na atualidade. Tradicionalmente, os venezuelanos costumam migrar para os Estados Unidos e para a Espanha, porém, desde 2014, o fluxo tem se concentrado em sua maioria em países latino-americanos. A Colômbia é o país que mais recebeu venezuelanos, seguido por Peru, Chile, Equador, Argentina e Brasil. Muitos venezuelanos entram no Brasil, mas daqui se deslocam para outros países, como Argentina e Chile.

O Brasil desenvolveu a Operação Acolhida, em abril de 2018, visando atender os refugiados e imigrantes venezuelanos, garantindo uma realocação segura e gratuita, dos municípios do estado de Roraima para outras cidades do Brasil. “A ação envolve o Governo Federal, estados, municípios, as Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil”. (Brasil, 2023) Até março de 2024, a Operação Acolhida atingiu a marca de 125 mil migrantes e refugiados da Venezuela interiorizados. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2024), a Operação Acolhida é estruturada em torno de três eixos: ordenamento de fronteira; acolhimento; e interiorização. Pelo último eixo são quatro modalidades:

Institucional: Saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino.

Reunificação Familiar: Imigrantes que desejam reunir-se com seus familiares que residam regularmente em outras regiões do país, estejam dispostos e tenham condições de oferecer apoio e moradia.

Reunião Social: Imigrantes que desejem reunir-se com indivíduos com quem possuam vínculo de amizade, ou afetividade, ou familiares cujo vínculo não possa ser comprovado por meio de documentação. Os receptores devem ter condições de garantir o sustento e a moradia dos acolhidos.

Vaga de Emprego Sinalizada (VES): Deslocamento de refugiados e migrantes que receberam sinalização de oportunidades de trabalho por empresas brasileiras de todas as regiões do país.

No Brasil, a principal porta de entrada é o estado de Roraima, que faz fronteira com a

Venezuela, de onde os imigrantes saem através do processo de interiorização. Atualmente, o Brasil conta com 14 casas de apoio em 10 estados brasileiros, onde os imigrantes recebem apoio por alguns dias, até que possam se deslocar ao seu destino final. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM), informam que entre abril de 2018 e agosto de 2024, 138.299 venezuelanos foram assistidos em seus deslocamentos pelo Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. Diferentemente dos haitianos, que tinham um perfil de imigrantes masculinos em deslocamentos solitários, os venezuelanos costumam se deslocar em grupos familiares. No período analisado pela OIM, 88% das pessoas viajaram em grupos familiares, sendo 33% masculinos e 28% femininos. Destes, 20% dos homens e 19% das mulheres tinham mais de 18 anos.

Dados sobre estratégia de interiorização, atualizados pela OIM até agosto de 2024, também dão conta que Santa Catarina é o estado brasileiro que mais recebeu venezuelanos, num total de 30.733 imigrantes. Nesse cenário, Chapecó é a terceira cidade do país em número de abrigo aos habitantes do país vizinho, recebendo até aquele momento, 5.764 novos moradores.

Os venezuelanos vêm enfrentando casos de xenofobia desde o começo da entrada no Brasil. Em 2018, a governadora de Roraima, Suely Campos, entrou com uma Ação Civil Originária (ACO 3121) para que a União assumisse o controle sanitário e policial na entrada dos venezuelanos, resultando inclusive no fechamento temporário da fronteira. Reclamando de que a entrada de venezuelanos estaria causando enormes prejuízos à população de Roraima, políticos locais muniram-se de discursos carregados de elementos xenofóbicos para argumentar em defesa da ACO 3121. Segundo Milesi; Coury; Rovey, (2018, p.57),

Na narrativa construída, nota-se a clara intenção de responsabilizar exclusivamente os venezuelanos por diversos problemas observados em Roraima, muitos dos quais têm causas estruturais e já estavam presentes antes mesmo da atual conjuntura migratória. Ao fazê-lo, os políticos locais buscam isentar-se de suas responsabilidades pela precariedade dos serviços públicos, desviando a atenção das reais causas dos problemas e utilizando os imigrantes como bode expiatório. Essa estratégia é perceptível na ACO 3121, que pede o fechamento da fronteira baseando-se em elementos como o risco de “possíveis epidemias” e o “aumento da criminalidade”.

Em Chapecó não poderia ser diferente. Diferentemente dos haitianos, onde a questão da raça está acima da nacionalidade, os venezuelanos enfrentam uma xenofobia evidente. Desde a ascensão do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, a vizinha Venezuela se tornou sinônimo de fracasso, exemplo do que acontece em um país governado pela esquerda. A expressão “Brasil vai virar a Venezuela” se tornou bordão entre o séquito do ex-presidente

nos últimos anos. Com um prefeito bolsonarista, Chapecó também destila seu ódio xenofóbico contra os venezuelanos, geralmente taxados de barulhentos, desordeiros e impróprios. Signori e Stube (2024, p.216) apresentam um recorte com a fala do prefeito João Rodrigues a um grupo de venezuelanos em 2021, divulgado nas redes sociais do político e compartilhado por parte da imprensa local. Segundo as autoras,

São expostas imagens dos venezuelanos em um alojamento, onde escutam atentamente a fala do prefeito, que em resumo, critica o governo da Venezuela e salienta o quanto o Brasil é um país bom, com oportunidades para quem quer trabalhar.

O colunista Sérgio Peron, do jornal *on-line* pensejornal.com, no dia 19/05/2021, destacou um dos trechos da manifestação do prefeito: “Serão ajudados! Cada um enquadrado na sua ocupação de experiência, mas caso percam o emprego por algum deslize de conduta, o caminho será a Venezuela. Receberão apenas a passagem de ida. O Brasil é bom, mas para quem trabalha!”

A fala do prefeito deixa claro que a “benevolência” da acolhida está condicionada à postura dos imigrantes, indo em sentido contrário ao determinado pela Operação Acolhida no momento da interiorização, ferindo o princípio de proteção previamente estabelecido. A Convenção de 1951, referente ao Estatuto dos Refugiados, estabelece o princípio de *non-refoulement* (não devolução).

Os refugiados e os solicitantes de refúgio não podem ser expulsos ou devolvidos para um país ou território onde a sua vida ou integridade física corram o risco de serem violadas e, em circunstância alguma, podem ser devolvidos ao seu país de origem. O reconhecimento do status de refugiado também interrompe qualquer processo de extradição e impede a expulsão do refugiado, exceto por razões de segurança nacional ou de ordem pública. Tal direito está previsto na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, a qual o Brasil é signatário. Se você for processado e enfrentar um processo de extradição ou expulsão, você tem direito à assistência legal e gratuita, fornecida pela Defensoria Pública da União. (ACNUR)

A desinformação e a necessidade de trabalhar pode acabar colocando imigrantes em situações abusivas. Na cidade de Rio do Sul (SC), 24 venezuelanos em condições análogas à escravidão foram resgatados em fevereiro de 2023 em operação coordenada pela Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a defensoria Pública da União (DPU) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). “Os trabalhadores residiam nas cidades de Chapecó e Itapiranga, em Santa Catarina, e tiveram conhecimento da oferta de emprego em Rio do Sul (SC) por meio de publicação em uma rede social, em página direcionada exclusivamente para venezuelanos” (Brasil,2023). Os trabalhadores chegaram em Rio do Sul atraídos por uma proposta de salário de R\$3 mil reais, acompanhados de familiares, incluindo crianças e bebês, sendo encontrados um total de 39 pessoas em situações precárias de alojamento, higiene e alimentação e sem registro na carteira

de trabalho.

A região oeste catarinense tem alocado no mercado de trabalho milhares de venezuelanos, inseridos principalmente nas agroindústrias. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2022, 6.067 venezuelanos ocupavam cargos no ramo de abate e fabricação de produtos da carne (Brasil, 2024).

2.4 A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NAS ESCOLAS E NA UNIVERSIDADE

O número de crianças imigrantes vem crescendo expressivamente nos últimos anos, especialmente após 2017. As crianças e adolescentes considerados residentes, ou seja, que recebem amparos legais com características de longa duração, somaram 51.032 em 2022, segundo dados do Relatório Anual 2023 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Venezuela, Bolívia, Haiti, Colômbia e Paraguai lideram o ranking de entrada de crianças no Brasil entre 2011 e 2022.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023, Chapecó matriculou na rede municipal 2.026 alunos venezuelanos. Na rede estadual foram 1.089. O Haiti, segunda maior presença imigrante na cidade, teve apenas 174 crianças matriculadas na rede municipal e 168 na estadual.

A integração escolar da criança estrangeira é fundamental para que ela possa desenvolver suas potencialidades. Proporcionar o aprendizado, bem como a interação social e cultural, é de suma importância para o indivíduo jovem que vai ser imerso em uma escola que não fala sua língua materna. Segundo levantamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), os alunos venezuelanos estão mais propensos a estarem matriculados em séries mais baixas que o ideal para a idade. A chegada de estrangeiros em Chapecó deixou evidente a precária inclusão dos imigrantes em idade escolar nas escolas locais. A falta de professores que falam espanhol é um dos grandes obstáculos à integração de estudantes latino americanos. As escolas não estão preparadas para receber estudantes segregados pela barreira da língua, o que inclui os alunos haitianos e de tantos outros países que migram para Chapecó. Segundo Panassolo (2023, p.6),

Durante as práticas de estágio foi possível observar práticas de violência pedagógica por parte de professores que, por ignorância ou desinformação, se negam a reconhecer a diversidade linguística e cultural como contribuição, deixando esses alunos no esquecimento no canto da sala de aula. Práticas desse tipo não acontecem de forma isolada e esporádica nas escolas, é uma prática recorrente, tudo isso é resultado de uma visão monocultural e etnocêntrica.

Os professores de escolas públicas de Chapecó que buscam integrar os alunos imigrantes enfrentam dificuldades na realização de atividades interculturais que incluam os estudantes estrangeiros, encontrando resistência da própria gestão escolar. Questões simples que poderiam auxiliar na inclusão dos alunos, como cardápio e cartazes informativos em outros idiomas não estão sendo realizadas. As provas, realizadas em Português, são mais uma dificuldade enfrentada por alunos estrangeiros, pois não recebem auxílio na interpretação das perguntas.

Embora o acesso à escola seja um direito de todas as crianças, brasileiras ou estrangeiras, garantidas pela Constituição, existe um abismo entre estar na escola e ter acesso à educação de fato. A inclusão do aluno imigrante ainda é muito difícil, pois o Brasil não possui ações voltadas ao acolhimento no que tange ao idioma materno da criança nem a inclusão da família na escola. Há uma clara necessidade de ações voltadas ao contato de alunos brasileiros com a cultura dos colegas estrangeiros, para que a distância, o preconceito e a discriminação possam ser substituídas pelo respeito e acolhimento ao outro.

A integração de haitianos à sociedade de Chapecó teve na Universidade Federal da Fronteira Sul um grande aliado. “O Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos - PROHAITI foi instituído pela Resolução Nº 32/2013 - CONSUNI”. (UFFS, 2013) O programa permitiu o acesso universitário aos haitianos, proporcionando melhores possibilidades de desenvolvimento humano e social. Já em 2019, com a demanda de imigrantes de outros países, foi criado o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (Pró-Imigrante).

É constituído por um conjunto de serviços, projetos e ações articuladas com as demais políticas institucionais e acadêmicas, e visa o fortalecimento das condições de acesso, permanência e êxito nas atividades acadêmicas dos estudantes imigrantes da Instituição. Foi instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019. (UFFS, 2019)

A importância do Programa fica evidente em entrevistas realizadas com haitianos estudantes da UFFS por Soares (2019, p.9)

As entrevistas nos mostraram que alguns ingressantes na Universidade, pelo Programa Pró-Haiti, passaram a divulgar para amigos e familiares (primos, irmãos e irmãs) a possibilidade de virem estudar na cidade de Chapecó. A oportunidade de ingressar na universidade aparece na fala da maioria dos entrevistados como uma

oportunidade, como algo diferenciado, mesmo que muitos já tivessem iniciado uma graduação no Haiti e por razões várias, entre elas o próprio terremoto, tivessem que realizar uma mudança de rota e de perspectivas.

A UFFS, fazendo jus ao seu papel de Universidade popular e inclusiva, expande suas ações para com a comunidade imigrante. Com o surgimento do PROHAITI, se evidenciou a necessidade de oferecer um curso de português para os estudantes matriculados na universidade, organizado pelo Programa de Educação Tutorial Assessoria Linguística e Literária da UFFS (PET), *campus* Chapecó. Segundo Soares; Trevisan; Flain (2017, p.93),

Visto o problema deste novo público acadêmico, a Assessoria para Assuntos Internacionais (doravante AAI) contatou o PET a fim de estabelecer parceria, visando ofertar aulas de português para que os haitianos pudessem prosseguir seus estudos universitários. Assim, bolsistas PET, alunas voluntárias do curso de licenciatura em Letras - Português e Espanhol, professoras da instituição e técnicas da AAI reuniram-se para o planejamento das aulas. Com a abertura do curso de extensão, a oferta das aulas se estendeu também à comunidade externa, uma vez que constatamos o grande número de imigrantes haitianos em Chapecó e região, para além daqueles acadêmicos da UFFS.

Mesmo com todo o progresso possibilitado através do ensino ofertado aos imigrantes, não há perspectiva de aproveitamento da formação acadêmica em Chapecó, uma vez que o mercado de trabalho na cidade fica muito concentrado nos frigoríficos, onde a maioria dos haitianos se encontram empregados, e à construção civil, que os sujeitam ao trabalho pesado e insalubre. Pela cidade, é possível encontrar muitos haitianos desenvolvendo outras atividades laborais, como atendentes em lojas e mercados, além dos que acabam complementando a renda como motoristas de aplicativo. De acordo com Soares (2019, p.13),

Nas falas, é sobretudo, esse fato que torna um projeto de permanência inviável, uma vez que não vislumbram a possibilidade de outras formas de atividade na cidade, mesmo de posse de um diploma emitido por uma universidade brasileira. Por isso, insistem que não aconselham alguém do Haiti a se mudar para Chapecó para trabalhar, apenas se a pessoa viesse para estudar. É nesse sentido que existe uma movimentação de primos, irmãos e irmãs que se encontram em Chapecó com o objetivo de ingressar na Universidade, por meio do programa especial de ingresso para haitianos e haitianas.

A inserção de haitianos, e mais tarde de venezuelanos, na agroindústria da região oeste foi um marco no desenvolvimento das empresas que demandavam uma mão de obra que já não era mais suprida pela população local, uma vez que muitos brasileiros não queriam mais se sujeitar ao trabalho extenuante da crescente indústria do adoçamento.

3 - A AGROINDÚSTRIA E A DEMANDA POR MÃO DE OBRA

A integração entre a indústria frigorífica e os agricultores foi o primeiro passo no crescimento das indústrias de alimentos no Oeste catarinense. As agroindústrias da região surgiram entre as décadas de 1940 e 1960, e nas décadas seguintes, algumas delas já eram consideradas grandes e modernas, pois se utilizavam de novas tecnologias, de boas relações com os fornecedores e do sistema de integração com os pequenos agricultores. (Radin, 2019, p.725). Segundo o autor,

O surgimento dos frigoríficos no Oeste catarinense, bem como sua consolidação, insere-se num modelo de colonização regional, centrado no assentamento de colonos em pequenas propriedades agrícolas, em áreas que o poder público considerava “demograficamente vazias”, embora se tratassem de áreas historicamente ocupadas por populações nativas, as quais foram marginalizadas em decorrência do conflituoso avanço da colonização.

O primeiro ciclo de expansão da agroindústria, compreendido entre os anos 1950 e 1980, contou com o crescimento dos agricultores integrados aos frigoríficos, após o início de uma maior interferência da indústria na produção familiar de suínos. De acordo com Radin e Corazza (2018, p.20),

Esse complexo agroindustrial regional de suínos e aves, marcado pela peculiar integração da indústria frigorífica com a agricultura familiar, formado nos anos 1940 e 1950, torna-se maduro e se consolida nas décadas de 1970 e 1980, vindo a transformar-se em pilar do modelo de desenvolvimento econômico regional. Além de uma rápida expansão dos níveis de produção, o complexo da agroindústria frigorífica regional de suínos e aves inclui a completa verticalização das atividades e uma grande concentração de capital com a incorporação de várias empresas, formando os grandes oligopólios que hoje dominam a indústria frigorífica do Oeste catarinense.

A reestruturação da agroindústria ocorrida a partir da década de 1990 altera a relação com os agricultores que antes faziam parte do processo de integração. O salto da tecnologia acaba por gerar uma crise na relação agricultura/indústria, reduzindo drasticamente o número de suinocultores, impactando diretamente no êxodo rural no período.

A mão de obra inicial nas indústrias de carnes era fornecida pelos filhos de agricultores, que as consideravam menos pesadas em comparação com o trabalho no campo, além dos benefícios legais adquiridos, como descanso semanal e férias. Segundo Renk (2016, p.195),

Mas, nem todos os que aderiram ao chão de fábrica eram filhos de agricultores. Desde o início, verificou-se um significativo contingente oriundo do campesinato expropriado, os chamados caboclos. Nos anos iniciais, do ponto de vista dos agricultores, o recrutamento pelas agroindústrias poderia ser lido como uma estratégia de reprodução social, com a formação de bairros operários nas cidades com frigoríficos, principalmente em Chapecó. Nas gerações seguintes, mudou o

panorama. Exceto nesse município, nos demais, a possibilidade de trabalhar na agroindústria leva fração desse segmento a aderir a pluriatividade, isto é, a praticar a agricultura ou outra atividade econômica não agrícola, na propriedade, em tempo parcial.

Com o tempo, a complexidade fabril foi aumentando e exigindo maior qualificação dos recrutados, como formação escolar e boa saúde. Os frigoríficos também passaram a investir na qualificação dos trabalhadores. Na década de 1990, a Sadia, em parcerias com a Prefeitura de Chapecó e a Fundação Bradesco, passou a proporcionar diversos programas de educação, como Ensino Fundamental, Supletivo e Ensino Médio. Em 1993 foi inaugurada a Escola da Sadia, atendendo inicialmente 800 trabalhadores. De acordo com Cruz (2000, p.60),

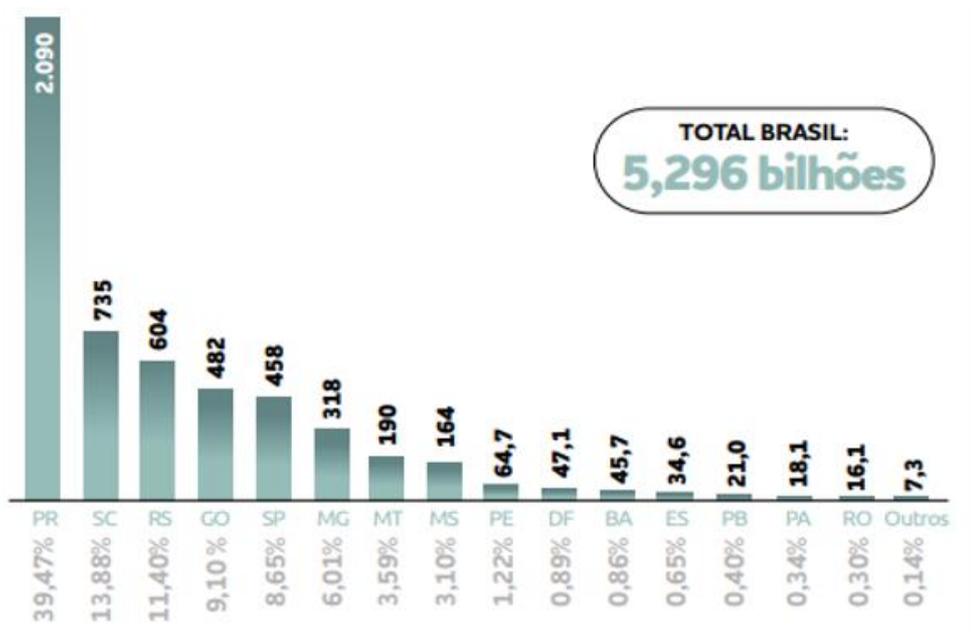
Desde 70 a Sadia vem implantando políticas internas para a qualificação dos trabalhadores. Contou também com cursos oferecidos pela FUNDESTE, hoje Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), e treinamentos conveniados com o SENAI e SENAC. Internamente, os treinamentos desenvolvidos visavam a qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos recursos humanos para o melhor desempenho profissional. Os cursos de Ciências Contábeis, Administração, Economia, Serviço Social, e os cursos técnicos em Segurança do Trabalho e Técnico em Alimentos, oferecidos pela UNOESC, também garantiram a formação de trabalhadores especializados.

As empresas Sadia e Perdigão nasceram na região Oeste catarinense nas décadas de 1940 e 1950 e são consideradas pioneiras no setor da agroindústria. A fusão entre as duas grandes empresas foi concluída em 2012, gerando o conglomerado Brasil Foods (BRF), uma gigante do mercado de alimentos. A BRF conta hoje com 44 plantas fabris, sendo 38 no Brasil, uma no Paraguai, três na Turquia e duas no Oriente Médio. Trabalhando com um modelo de produção integrada, onde pequenos agricultores ficam responsáveis pela criação dos animais entregues pela empresa, que fornece também ração, remédios e treinamento, possui quase 10 mil produtores integrados. Criada em 1956, outra grande empresa do ramo presente na região é a Seara, localizada na cidade de mesmo nome, que foi adquirida pela JBS S.A em 2013. Responsável por marcas reconhecidas no mercado nacional, como Friboi, Swift e Doriana, a JBS é, atualmente, a maior produtora de proteína animal no mundo. Atuando num modelo de cooperativismo, a Cooperativa Central Aurora Alimentos, criada em 1969, foi se consolidando no mercado de alimentos do Brasil, expandindo seus ramos de atuação e criando unidades em vários estados brasileiros.

Segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Brasil é o segundo maior produtor de carne de frango no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. No ano de 2023, produziu 14.833 milhões de toneladas. No entanto, alcança o primeiro lugar em exportações, destinando 34,65% (5.138.714 toneladas) da produção para o mercado

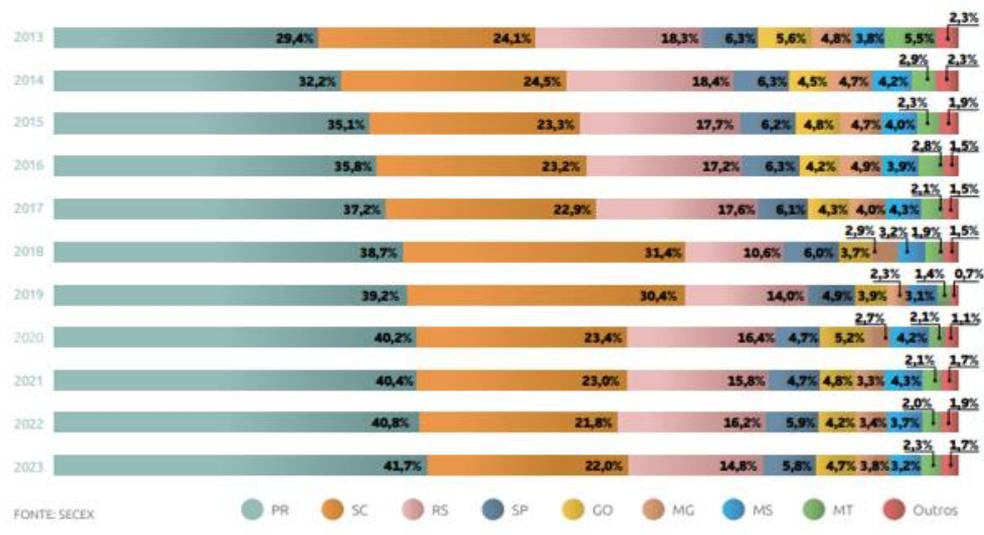
internacional. Os maiores importadores são a Ásia e o Oriente Médio, sendo a China e os Emirados Árabes Unidos os campeões de importações, seguidos por Japão, Arábia Saudita e África do Sul. Em relatório divulgado pela ABPA referente ao ano de 2023, na divisão por federações, Santa Catarina é o segundo maior produtor e exportador, ficando atrás apenas do estado do Paraná, conforme gráficos abaixo.

Gráfico 2 - Abate de Frango por Unidade Federativa em 2023 (milhões de cabeça)



Fonte: ABPA - Relatório Anual 2024, conforme dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

Gráfico 3 - Exportação de carne de frango por Unidade Federativa entre 2013 e 2023



Fonte: ABPA - Relatório Anual 2024, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Antes da entrada massiva de imigrantes nos frigoríficos de Chapecó, a cidade vinha sofrendo com a falta de mão de obra. “O observado nos últimos anos é a recusa do trabalhador urbano a exercer atividades de abate e corte nas agroindústrias de carnes e derivados” (Renk e Winckler, 2018, p.19). Os moradores locais, desestimulados pelas condições de baixa remuneração, pelo conhecimento de inúmeros casos de trabalhadores com lesões causadas pela atividade, além de considerarem uma ocupação com menos prestígio, optaram por ocupar outros campos de trabalho.

A partir de 2010 começa a ser inserido no mercado de trabalho uma grande quantidade de indígenas kaingang e Guaranis de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que se deslocavam diariamente até Chapecó e outras cidades da região, que contam com frigoríficos que empregam mão de obra indígena. Como não há uma diferenciação entre brasileiros e indígenas, não é possível verificar a quantidade exata de trabalhadores aldeados na indústria frigorífica.

Indígenas da Aldeia Toldo Chimbanguê se dividem entre os frigoríficos da região. Embora realizem outras atividades laborais fora das aldeias, os frigoríficos são os únicos que fornecem transporte ida e volta, pois a aldeia fica distante da cidade. Anteriormente vistos com maus olhos pelos empregadores, os indígenas passaram a ser uma importante opção de mão de obra. Segundo relato de Primi (2013, p.21),

Essa ingenuidade do índio mudou a postura dos supervisores, que no início tinham restrições, mas atualmente, até preferem índios, segundo um dos funcionários da Cooperativa Aurora, que representou a empresa na audiência. “Porque não reclamam, ficam ‘na deles’ e trabalham calados”, disse. Ele não se identificou.

A chegada de haitianos e senegaleses reflete uma mudança na estratégia de recrutamento da agroindústria, que passou a integrar imigrantes em seus quadros, buscando suprir a escassez de mão de obra local.

3.1 IMIGRANTES: SUJEITOS DE E PARA O TRABALHO

Os imigrantes são considerados “sujeitos de e para o trabalho” (Tedesco, 2016, p.158). Refletindo sobre a forma como a sociedade francesa se relacionava com os imigrantes, Sayad (1998, p.55) afirma que,

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de

que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele”.

Com trajetórias e motivações diferentes, milhares de estrangeiros que geram a mobilidade urbana contemporânea chegam ao Brasil para preencher as vagas de trabalho que os nativos não querem ocupar. Segundo Menezes (2014), em reportagem da CartaCapital, a busca por trabalhadores negros em Brasileia (AC), lembra muito o passado escravista do Brasil.

O encarregado de selecionar a mão de obra segue até os negros, às centenas, e escolhe os que levará pelas características físicas: os mais jovens, os mais altos, os mais corpulentos, quem tem os braços mais longos, as pernas mais fortes e as canelas mais finas (canela grossa indicaria “preguiça”). Até mesmo a genitália é examinada, para verificar a existência de hérnias capazes de comprometer o trabalho pesado. Mulheres são descartadas. Homens com aparência frágil, velhos ou doentes, idem.

Muitos trabalhadores estrangeiros têm se condicionado a situações de superexploração, com as empresas se aproveitando do desconhecimento do idioma e das leis trabalhistas, pois saem de seus países de origem por diversos motivos, mas com um objetivo em comum: melhorar de vida. Economicamente, a “mobilização de trabalhadores imigrantes muda tanto a composição socioeconômica do lugar de origem como a do lugar de destino” (Pereira e Tostes, 2021, p.383).

O imigrante é visto como um sujeito para o trabalho e, ainda mais, para um trabalho específico. A pertinente colocação de Sayad (1998, 54-55) retrata bem as condições nas quais estão inseridos os imigrantes que hoje movimentam a indústria brasileira. Segundo o autor,

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, nesse caso, quase um pleonasmo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo tratado como um trabalhador definido e provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem - sua qualidade de homem estando subordinada à condição de imigrante (...) Como trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos.

A presença de estrangeiros no Sul do Brasil está atrelada, em sua maioria, pelas vagas geradas pelo crescimento dos frigoríficos e as vagas que os moradores locais estão recusando. Segundo Tedesco (2016, p.158), (...) “em entrevistas com empregadores, tornou-se lugar comum afirmar que ‘pegamos porque não há mais, dos nossos aqui, que queiram trabalhar no pesado’, ‘se não fosse os imigrantes, teríamos que fechar o frigorífico’”. Os imigrantes, beneficiados pela escassez de mão de obra nos frigoríficos, conseguiram colocação no mercado

de trabalho brasileiro, possibilitando sua sobrevivência, porém, pagando o preço de um trabalho pesado, se sujeitando ao rebaixamento intelectual, onde suas formações e conhecimentos não são considerados.

“A preferência pela mão de obra imigrante, como se pode notar, é porque eles trabalham intensamente e não reclamam” eles precisam do trabalho e do dinheiro para conseguir sobreviver no Brasil e enviar dinheiro para suas famílias no estrangeiro”. (Lopez, 2019, p.46) Mesmo com a jornada de trabalho pesada nos frigoríficos, é comum encontrar trabalhadores imigrantes realizando outras atividades para complementar a renda, para que possam sobreviver em uma cidade que demanda um alto custo de vida, além da necessidade de enviar dinheiro aos familiares que ficaram em seus países de origem.

De acordo com Cavalcanti (2014, p.37), embora as migrações ocorram por diversos motivos, o mercado de trabalho é determinante em suas relações.

Não é possível explicar a presença desses novos fluxos no Brasil sem recorrer ao mercado de trabalho. Ademais, é no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão os seus descendentes. No entanto, reduzir os movimentos migratórios exclusivamente a questões laborais implica reconhecer uma limitação analítica: as pessoas também migram por outros motivos (reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores) que também são determinantes na mobilidade urbana. Todavia, é preciso ressaltar que uma vez no país de acolhida o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado de trabalho.

Chapecó e cidades vizinhas contam com um expressivo número de frigoríficos, que empregam milhares de trabalhadores e são os maiores responsáveis pelo mercado de trabalho da região. Para sobreviver, os imigrantes, mesmo com formação universitária em seus países de origem, precisam se sujeitar ao trabalho pesado da agroindústria e da construção civil, conectando o trabalho imigrante ao trabalho pesado. Segundo Lopez (2019, p.22),

Apesar das dificuldades (baixo salário, extenuantes jornadas e os problemas de saúde) que decorrem do trabalho nos frigoríficos, estes são um dos principais contratadores de mão de obra imigrante, e resultam ser uma opção rápida de trabalho para muitos imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil, e não conseguem se empregar em outras áreas e serviços. Vários relatos, coletados durante a pesquisa de campo, apontam para o fato de que a necessidade de conseguir um emprego para sustentar a família, ou enviar dinheiro para os parentes que ficaram nos países de origem, obriga muitos imigrantes e refugiados a se sujeitarem a trabalhos como aqueles ofertados pelos frigoríficos.

O imigrante precisa colocar a necessidade de trabalho acima das necessidades humanas, se expondo a situações insalubres para realizar o grande desejo de “mudar de vida”. Segundo Tedesco (2016, p.160)

A migração movimenta o desejo de ganhar dinheiro e o migrante a procura com todas

as forças possíveis, sujeitando-se, muitas vezes, a um cenário oposto do projetado para si no futuro; em geral, com características de exploração, condições precárias de vida, lazer e sociabilidade, discriminação, ausência de reconhecimento humano, social e cultural. O sonho da emigração é alimentado pela dimensão metafórica da viagem (sair para melhorar) e produzido pela esfera midiática e relacional dos que já foram, por fenômenos da sociedade global e por novas concepções em torno das fronteiras físicas, culturais e linguísticas.

Embora o número de trabalhadores brasileiros ainda seja a grande maioria, é notório nas agroindústrias a alocação de imigrantes nas funções mais desgastantes e perigosas. Enquanto o crescimento da agroindústria movimenta um capital significativo, para o trabalhador resta a hostilidade de um ambiente de trabalho que causa mutilações físicas e emocionais e paga um salário que não condiz com o esforço realizado.

3.2 A INDÚSTRIA DO ADOECIMENTO

O trabalho nos frigoríficos adoce a grande maioria dos trabalhadores pelas condições insalubres de trabalho, causando muitos problemas de saúde, como lesão por esforço repetitivo, problemas respiratórios causados pelo ambiente frio e dores na coluna por passarem várias horas em pé. Com o grande número de afastamentos para tratamento e saúde, a rotatividade se torna muito alta na agroindústria, que chega a circular com carros de som pela cidade de Chapecó ofertando vagas, além de publicar nas rádios locais e realizar entrevistas semanalmente no Balcão de Empregos. O adoecimento causado pelos frigoríficos tem elevado o número de casos judicializados para que o trabalhador tenha reconhecido sua busca por auxílio doença no INSS. A Previdência Social “passa a propor ações regressivas no intento de ressarcir recursos investidos no que considera desídia ou não observância da legislação e das condições de saúde e segurança por parte das empresas”. (Renk, 2016, p.197)

Segundo dados disponibilizados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, compilados na plataforma SmartLab, o perfil de afastamentos do INSS em Chapecó mostra que o setor econômico que liderou os casos de afastamentos previdenciários em 2022 é o de abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Já os afastamentos por ocupações são liderados por magarefes e os afastamentos conforme os tipos de doença tem lesões de ombro e dorsalgia como maioria absoluta dos casos.

Os danos causados pela agroindústria não são apenas físicos. Segundo reportagem publicada pelo jornal Caros Amigos em agosto de 2013, intitulada *Índios na linha de produção:*

frigoríficos buscam mão de obra em aldeias para trabalho com alto índice de doenças, o adoecimento mental dos trabalhadores brasileiros deu um salto. “No caso dos frigoríficos a prevalência de quadros depressivos é mais de três vezes maior no setor de abate de aves e suínos do que o índice geral: 209,11 a cada 100 mil trabalhadores de todos os ramos da economia contra 712,92 a cada 100 mil trabalhadores no segmento. (Primi, 2013, p.20)

Lançado em 2011, o documentário “Carne, Osso” realizado pela ONG Repórter Brasil, retrata a difícil rotina dos trabalhadores nos frigoríficos, sempre expostos a acidentes com facas e outros instrumentos cortantes, a lesões causadas pelo esforço repetitivo, ao adoecimento emocional pela jornada exaustiva e problemas respiratórios causados pela exposição à baixas temperaturas. Em 2012, a ONG Repórter Brasil lançou a reportagem multimídia Moendo Gente, que investigou as condições de trabalho nos frigoríficos BRF, JBS e Marfrig. Segundo levantamento do canal, em Chapecó, 80% dos trabalhadores que buscaram atendimento no INSS eram provenientes dos frigoríficos.

A NR 36 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM EMPRESAS DE ABATE E PROCESSAMENTO DE CARNES E DERIVADOS, foi instituída pela Portaria MTE nº 555, de 18 de abril de 2013.

O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos existentes nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano, de forma a garantir permanentemente a segurança, a saúde e a qualidade de vida no trabalho, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo reportagem de Ramos e Giovanaz ao canal Brasil de Fato, o então presidente Jair Bolsonaro abriu, no final de 2020, uma consulta pública destinada a empresários, trabalhadores, entidades representativas de saúde e inspeção do trabalho, entre outros, sobre possíveis revisões na NR 36. Em pleno período pandêmico, onde as agroindústrias, consideradas essenciais, não paralisaram as atividades e foram responsáveis por um número elevado de casos de Covid-19, os empresários do setor recorreram ao presidente do país para tentar derrubar direitos adquiridos durante o governo de Dilma Rousseff, alegando excesso de burocracia e aumentos nos custos de produção. Responsável por dezenas de acidentes diários, principalmente relacionados a cortes e mutilações com facas, a maior reclamação dos empregadores de frigoríficos é em relação à pausa obrigatória de 60 minutos intercalados durante o dia de trabalho. Na fala do médico do trabalho Roberto Ruiz,

Este é um dos pontos que mais incomoda os empresários. Além de as pausas serem o coração da NR, são também o coração do capitalismo. Significa que o trabalhador está sendo remunerado enquanto repousa, dentro da jornada. E o capitalismo não quer isso, porque exige aproveitamento máximo da pessoa, acrescenta Ruiz.

Mesmo com todo avanço tecnológico da indústria, que prima pela diminuição dos custos e aumento do lucro, a sobrecarga no corpo humano aumentou ao invés de diminuir, gerando toda uma gama de comprometimento físico e emocional que tira do trabalhador a chance de usufruir dos benefícios adquiridos por sua força de trabalho. A grande rotatividade vista nas agroindústrias locais, sempre necessitadas de mão de obra, escancara a realidade de que o tempo de vida laboral útil de seus trabalhadores vem diminuindo cada vez mais.

4 - ABATE *HALAL* E A PRESENÇA MUÇULMANA NO OESTE CATARINENSE

Em menor número que haitianos e venezuelanos, mas com uma presença que vem crescendo na última década, temos a chegada de imigrantes muçulmanos de diversos países, como Egito, Marrocos, Senegal, Sudão, Paquistão, entre outros, vindos para um nicho específico atendido pelo mercado de carne brasileiro: as exportações para países de religião islâmica, condicionadas ao abate religioso *halal*. De certa forma invisibilizados pela contratação terceirizada, os muçulmanos de origem árabe e africana que atuam nas plantas frigoríficas da região são de suma importância num mercado que movimenta um grande volume de exportações de carne, tornando-se extremamente lucrativo para os frigoríficos, porém amplamente fiscalizado pelas empresas certificadoras que buscam garantir o cumprimento das exigências do Islamismo.

Halal é definido pela Jurisprudência Islâmica (*Sharia*) como “lícito”, “permitido”, em sentido contrário ao *haram* (pecado). Entretanto, o conceito não se aplica apenas ao abate de animais, mas sim a todo um conjunto de condutas que abrangem o comportamento ético, moral, normas de vestimenta, de respeito ao próximo e até na condução das finanças. Todas as normas presentes no sistema jurídico do Islamismo seguem orientações contidas no Alcorão.

As determinações que gerem o consumo de carne considerada *halal* remontam ao nascimento do Islamismo, quando foram estabelecidas as práticas de abate segundo a *Sharia*, sendo naquele momento restrito apenas aos árabes muçulmanos. Na Idade Média, as práticas de abate *halal* se expandem através do comércio e da interação com outros povos e culturas, aumentando a influência do islamismo no comércio global. Na contemporaneidade, a certificação e as modernas tecnologias de produção inserem as práticas *halal* em diversas culturas. A globalização do conceito *halal* no mercado tem permitido uma maior adesão ao conceito de “estilo de vida *halal*”, responsável pelo aumento do consumo de produtos e serviços que atendem aos preceitos islâmicos (Martín, 2020). Nos últimos anos, o conceito de *halal* tem se expandido para além do consumo da carne, abrangendo diversos segmentos, como produtos farmacêuticos, moda, turismo, cosméticos e até finanças.

A presença de muçulmanos em Chapecó e região está ligada ao trabalho desses imigrantes nas plantas frigoríficas. No oeste catarinense podemos citar BRF e JBS como grandes fornecedoras de carne *halal*. De acordo com Lopez (2019, p.47),

É nesse contexto que, desde a década de 1980, um punhado de companhias

frigoríficas brasileiras vêm se inserindo nesse sistema de abate, adaptando suas instalações, de modo que autoridades religiosas muçulmanas vejam essas instalações como propícias para realizar o abate. Entre as várias companhias envolvidas com esse sistema de abate, o conglomerado Brasil Foods (BRF) destaca-se não apenas por empregar um importante número de muçulmanos para realizar o abate, mas, principalmente, por ser uma das principais fornecedoras de carne *halal* para os países árabes e muçulmanos.

Os sangradores muçulmanos contam com um sistema de trabalho diferenciado. São empregados terceirizados, contratados pelas empresas certificadoras e não pelos frigoríficos. O turno de trabalho é de uma hora de trabalho contínuo, seguida de uma hora de descanso. Por realizarem o mesmo movimento repetidas vezes durante o turno, os trabalhadores muçulmanos estão sujeitos ao adoecimento tão comum na agroindústria. Abatendo uma média de 8 mil frangos por hora, sofrem com as lesões causadas pelo esforço repetitivo, pois o abate *halal* segue um procedimento bem específico. “Todos esses fatores - as formas de contrato, bem como o trabalho exaustivo e sob constante assédio dos empregadores - permitem dizer que essa atividade é extremamente precária e os sangradores são submetidos a regime de trabalho em condições de superexploração”. (Lopez, 2019, p.51)

Os muçulmanos de Chapecó contam com apenas uma Mussala para a realização de suas orações coletivas de sexta-feira, hoje comandada pelo sírio Erfan Khattab, contratado como auditor da certificadora SIILHalal. Diferentemente de Emadi Obaid, Khattab não tem o título de *sheik*. Santa Catarina conta com cinco Mesquitas, localizadas em Criciúma, Lages, Palhoça, Joinville e Florianópolis. A Mesquita de Criciúma, uma das maiores do Sul do Brasil, foi inaugurada em março de 2000, idealizada pela Sociedade Beneficente Muçulmana, com apoio do Grupo Étnico Árabe (Cardoso, 2010) Mas a chegada de árabes na cidade começa ainda na década de 1970, com imigrantes libaneses e palestinos. A maior parte dos frequentadores atuais na Mesquita de Criciúma são oriundos de países como Gana, Togo e Senegal que migraram para o Sul do estado catarinense.

4.1 AS ESPECIFICIDADES DO ABATE *HALAL*

A legislação brasileira determina que o abate frigorífico siga os princípios do bem-estar animal. Segundo a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA), o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (RIISPOA), determina os procedimentos de bem-estar animal que devem ser seguidos por todos os estabelecimentos processadores de carne, que vão desde o embarque nas propriedades de criação até a hora do abate (Ludtke *et al*, 2010). No abate humanitário, a insensibilização é uma das etapas mais

importantes, garantindo que o animal não sofra na hora do abate. Apenas os abates religiosos, como *Halal* e *Kosher*, são isentos da obrigatoriedade de insensibilização, ficando o abate sob a responsabilidade de autoridades religiosas que atendem as exigências das comunidades consumidoras. Segundo a Portaria nº 365, de 16 de julho de 2021,

Art. 6º É facultado o abate de animais de acordo com preceitos religiosos, desde que seus produtos sejam destinados total ou parcialmente ao consumo por comunidade religiosa que os requeira ou ao comércio internacional com países que façam essa exigência.

Parágrafo único. Compete exclusivamente à entidade certificadora religiosa competente e ao estabelecimento de abate o atendimento aos preceitos de abate tratados no caput. (Brasil, 2021)

Sobre a importância do respeito do Brasil aos preceitos religiosos do abate *halal*, Menezes Júnior *et al* (2021, p.55) escreve,

Para melhor compreensão da importância econômica de uma relação de respeito religioso, permitindo a vinda e a exploração econômica de trabalhadores islâmicos e estrangeiros no Brasil, basta que se olhem os dados: em 2018, as exportações de produtos agropecuários brasileiros para a Arábia Saudita renderam US\$ 1,7 bilhão. Foram mais de 2,9 milhões de toneladas de bens comercializados.

A exportação de produtos que seguem os preceitos islâmicos cresce muito a cada ano, com o Brasil sendo líder na exportação de alimentos e bebidas. Segundo dados compilados pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), as exportações para os 57 países que integram a Organização para Cooperação Islâmica (OCI), em 2022, alcançaram um valor de 23,41 bilhões de dólares, representando um aumento de 41% em relação ao ano anterior. No entanto, esse valor representa apenas 10% do que a OCI compra de outros países, sendo o Brasil responsável por fornecer alimentos básicos, como carnes, açúcar, grãos e cereais (Azevedo, 2023). De acordo com a FAMBRAS Halal, Indonésia, Turquia e Paquistão são os maiores consumidores de produtos *halal*. “Muitas pessoas acreditam que a população muçulmana está apenas no Oriente Médio, mas as maiores concentrações estão no Sul e Sudeste da Ásia - e o continente asiático conta com mais de um bilhão de muçulmanos, ou seja, 70% do total dos que professam a fé islâmica”. O mercado islâmico vem demandando um volume cada vez maior de carne *halal* do Brasil, fazendo com que muitas plantas frigoríficas optem por fazer o abate 100% *halal*, embora a maioria da produção ainda fique no mercado interno.

Na alimentação, as orientações seguidas para que o alimento seja considerado lícito não se resumem ao momento do abate dos animais. Segundo Mohamed Hussein El Zoghbi, em fala para o Instituto Cultura Árabe (ICArabe), os animais para o abate não podem se alimentar com ração que contenha aditivos ou proteína animal, “nem podem ter recebido doses de hormônio para a engorda. Além disso, os processos de embalagem, armazenagem, certificação e

embarque da carne Halal é feito de forma segregada da produção comum” (Barbour, 2010). Durante a criação, o transporte e o abate na agroindústria, os animais não podem ter nenhum contato com suínos, álcool e animais abatidos fora do método *halal*. De acordo com Silva; Artuzo; Canozzi (2019, p.948),

Essa presença dos mercados muçulmanos como agentes importantes na compra de produtos oriundos da avicultura brasileira instituiu uma consciência coletiva entre as agroindústrias processadoras, denotando a necessidade de adequação aos padrões Halal para viabilizar essas transações. Dessa forma, nota-se que a representatividade dos compradores muçulmanos para a avicultura nacional exerceu influência na estruturação do mercado e na conduta das empresas, afetando o padrão de competitividade estabelecido.

As condições impostas por países islâmicos para a exportação de carne *halal* são rígidas, sendo fiscalizadas pelas empresas certificadoras. O abate deve ser realizado por um trabalhador muçulmano, em bom estado mental, conhecedor dos princípios religiosos, que deve retirar do animal tudo que é considerado impuro. Segundo informações da FAMBRAS Halal, o abate segue os seguintes requisitos:

- Durante o abate, é proferida a *Tasmiyah* (*bismillah Allahu Akbar*): Em nome de Deus, Deus é maior.
- O corte precisa ser único e preciso, por isto a necessidade de uma faca bem afiada, a fim de que atinja as estruturas de uma só vez.
- Este corte deve alcançar as quatro estruturas da região do pescoço, que são esôfago, traqueia, veias jugulares e artérias carótidas. Esta é uma condição necessária para que ocorra o abate *halal*. O corte nestas estruturas facilita o escoamento do sangue do corpo do animal e o tempo de escoamento é respeitado a fim de garantir a total sangria.
- O abate *Halal* é executado separadamente do não-*Halal*.
- Os animais, para serem abatidos, devem ser saudáveis e aprovados pelas autoridades sanitárias competentes.
- O animal, para ser abatido, deve estar em perfeitas condições físicas.
- O abate será executado somente por muçulmano mentalmente sadio, que entenda, totalmente, o fundamento das regras e das condições relacionadas ao abate de animais no Islam.
- O abate será feito com intenção e o sangrador deve estar totalmente ciente de sua ação.
- Os equipamentos e os utensílios utilizados no abate *Halal* são exclusivos para esse tipo de degola.
- O esgotamento do sangue deve ser espontâneo e completo.
- O inspetor muçulmano treinado e tem a responsabilidade de checar se os animais são abatidos corretamente, de acordo com a *Sharia* (jurisprudência islâmica).
- A ave abatida somente poderá ser escaldada, após a confirmação da morte pelo abate *Halal*.

Com a velocidade da esteira e a quantidade de frangos abatidos por minuto, é humanamente impossível aos sangradores repetirem as palavras *bismillah Allahu Akbar* a cada animal abatido. Para compensar, os muçulmanos trocam a palavra falada pela elevação do pensamento a Deus, dessa forma garantindo que o abate alcance a simbologia religiosa necessária (Lopez, 2019).

Antes da China assumir a liderança das importações de frango do Brasil, a Arábia Saudita era o maior importador. O então Secretário de Agricultura de Santa Catarina, Airton

Spies, explicou na época ao Gazeta do Povo que o maior problema da falta de atordoamento de aves estaria relacionado ao abate do frango *griller*, preferido pelos árabes, que é abatido com apenas 28 dias e pesa 1kg, considerado pelos sauditas um frango mais suscetível a morrer pelo choque (Tosi, 2018).

Em 2019, a Arábia Saudita, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, desabilitou cinco frigoríficos brasileiros após uma comissão visitar fazendas, fábricas de ração e frigoríficos em 2018 e constatar divergências no abate *halal*. A então ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, esteve na capital saudita solicitando às autoridades a reabilitação das plantas atingidas. Segundo Daniel (2019), para Agência de Notícias Brasil-Árabe (ANBA),

O governo saudita suspendeu as exportações de alguns frigoríficos brasileiros em função de divergências no método de abate *halal*. Os sauditas querem que o animal seja morto na degola e que não seja feito o choque, que atordoas as aves antes que morram. “O processo *halal* sempre esteve de acordo com o padrão, só que eles mudaram, passaram a exigir que não se fizesse a insensibilização do frango, que tivesse um abate sem choque”, explicou à ANBA o diretor-executivo da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin.

O abate no Brasil deve servir algumas normas, como o ISO 22000, MS 1500, entre outros, bem como as determinações contidas no regulamento técnico obrigatório dos Emirados Árabes Unidos (UAE.S. 993/2015), que até 2023 não permitia nenhum tipo de atordoamento em aves. Esse regulamento foi atualizado pelo UAE.S. 993/2022, que entrou em vigor efetivamente em 1º de dezembro de 2023. O novo regulamento passa a permitir o atordoamento de aves, com choques de baixa voltagem, desde que não causem a morte do animal antes da degola. O atordoamento deve ser suficiente para causar apenas uma inconsciência momentânea, para reduzir o estresse do animal, reduzindo o tempo de abate, sem causar danos físicos ou morte.

O abate muçulmano no Brasil já utiliza de método de semi-insensibilização mesmo antes da entrada em vigor do regulamento técnico UAE.S. 993/2022. Segundo estudo de campo realizado por Lopez (2019, p.97), as agroindústrias utilizam o semi-atordoamento não por questões de bem-estar animal, mas sim pensando no aumento de produtividade na linha de sangria. Nas palavras de um supervisor da BRF entrevistado por ele,

Muitas pessoas pensam que a semi-insensibilização que se usa na sessão de *halal* se deve a uma preocupação com o bem-estar do animal, mas na verdade, é mais um interesse da empresa na otimização do tempo de trabalho, é mais fácil e rápido para um muçulmano passar a faca no pescoço de um frango que está atordoado e não se move, do que em um que se move e não para de se mexer quando se encosta a mão nele (Registro de campo, Chapecó, 02/05/2019).

Um dos pontos cruciais do abate *halal* diz respeito aos cuidados com os animais no pré-

abate, para evitar o estresse. Esses cuidados incluem fornecer comida e água, deixar que o animal descanse após o trajeto até o frigorífico, evitar ruídos altos, não afiar a faca na frente do animal e impedir que ele veja ou ouça o abate de outros animais (Sant Anna; Al Sheikh; Spadotto, 2021). A diminuição do sofrimento animal e uma rápida e total exsanguinação são alguns dos requisitos para que a carne seja considerada saudável. As determinações de se consumir o que a religião considera permitido vem desde o surgimento do Islamismo, facilitados na atualidade pela globalização do mercado.

4.2 ISLAMISMO: UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA

O Islamismo é uma das três grandes religiões monoteístas, pertencente ao tronco comum judaico-cristão, e se define como a aceitação e a obediência aos ensinamentos de Deus, revelados ao seu último profeta, Muhammad, conhecido na língua portuguesa como Maomé. A tradição islâmica conta que o comerciante Muhammad ibn Abdallah estava recolhido em uma caverna no monte *Hira*, para rezar, em 610 d.C, quando teria recebido a visita do anjo Gabriel, que lhe transmitiu a ordem divina de levar a mensagem de Deus para a humanidade. O profeta passa a pregar publicamente em 612 d.C, quando começa a angariar as primeiras conversões. Segundo Armstrong (2001, p.42-43)

A mensagem de Maomé era simples. Ele não ensinava aos árabes nenhuma doutrina nova a respeito de Deus: a maioria dos coraixitas já estava convencida de que Alá criara o mundo e julgaria a humanidade nos últimos dias, assim como judeus e cristãos acreditavam. Maomé não achou que estava fundando uma religião nova, mas que estava apenas levando a velha fé no Deus único para os árabes, que nunca tiveram um profeta. Era errado, insistia ele, construir uma fortuna particular, mas era bom partilhar a riqueza e criar uma sociedade em que os fracos e vulneráveis fossem tratados com respeito.

A grande base do Islamismo se encontra no Alcorão (em árabe *Al'Qur'an*), que significa “a recitação”. O profeta, assim como a maioria de seus seguidores, era analfabeto, por isso a recitação pública ajudou a difundir os ensinamentos memorizados por Maomé. O Alcorão tem um estilo entre a prosa e a poesia, o que facilitou que os ouvintes conseguissem assimilar o conhecimento ao ouvirem as leituras públicas.

Quando Maomé consegue a conversão de mais ou menos setenta famílias, começam os conflitos com os líderes de Meca, que impõem um boicote comercial e social sobre Maomé e seus seguidores, proibindo casamentos e negociações entre membros da tribo dos coraixitas e muçulmanos, causando escassez de alimentos, ruína financeira e maltrato de convertidos escravos. Em 622 d.C Maomé decide buscar ajuda fora de Meca, ocorrendo então a hégira para

*Yatrib*⁶, fato que marca o início da era muçulmana. No ano de 630 d.C, Maomé marcha para Meca juntamente com 10 mil muçulmanos para a reconquista da cidade sagrada. Diante da força do exército, os coraixitas reconhecem a derrota e Meca é retomada. Maomé falece em 632 d.C e seu corpo está enterrado junto à Mesquita de Medina. (Armstrong, 2001)

A crença muçulmana é dividida em duas naturezas: teórica e prática. Os principais fundamentos religiosos são a crença em um único Deus, a crença na profecia, na aceitação do Alcorão como palavra divina, na existência de anjos e na certeza da vida após a morte. Aliadas a esses princípios, as práticas religiosas são baseadas em cinco pilares da fé: a oração realizada cinco vezes ao dia, uma prece coletiva realizada ao meio dia de sexta-feira, o jejum do Ramadã, a caridade (*zakat*) e a peregrinação a Meca, que todo muçulmano, se tiver condições físicas e financeiras, deve fazer ao menos uma vez na vida. (al-Sheha, 2018)

4.3 O ISLAMISMO NO BRASIL E NO MUNDO

O crescimento da população muçulmana no mundo segue uma taxa quase três vezes maior do que a de outras religiões, com uma estimativa de chegar a 2,8 bilhões de pessoas até 2050. Segundo pesquisa realizada pelo *Pew Research Center*, o crescimento do islamismo ocorre pela combinação de dois fatores: maior taxa de fertilidade e menor média de idade dos muçulmanos. A estimativa é que o islamismo ultrapasse o número de fiéis do cristianismo até o final do século. Em países como Estados Unidos, França e Alemanha, o Islamismo representa a segunda maior comunidade religiosa, sendo que a perspectiva é que em 2050 a Europa tenha 10% de muçulmanos e represente 2,1% da população dos Estados Unidos da América (Lipka, 2017). No Brasil, a maior concentração de islâmicos se encontra no Rio de Janeiro, São Paulo e Foz do Iguaçu.

A presença islâmica na América do Sul é simultânea à chegada dos europeus no continente. Segundo Taha (2022, p.6)

A vinda de muçulmanos para o Brasil remete à época do descobrimento, e há relatos de que na esquadra de Cabral já havia alguns muçulmanos. Esses são os primeiros fluxos migratórios de muçulmanos dos quais se tem registro, ou seja, portugueses de origem muçulmana, cuja maioria havia se convertido ao catolicismo de forma forçada ainda em Portugal, muitos deles perseguidos pelas Inquisição migraram para outros locais, afim [sic] de se estabelecer com segurança. São os chamados mouriscos ou marranos e as únicas evidências de sua existência são os documentos da Inquisição.

A falta de liberdade religiosa para a prática do islamismo foi diluindo esses imigrantes

⁶ Mais tarde rebatizada pelo profeta como *al-Medinah* (a Cidade).

na sociedade. Negros islâmicos eram parte dos escravizados africanos que chegaram ao Brasil no século XIX. Em um movimento político, os negros muçulmanos mostraram seu protagonismo na Revolta dos Malês, ocorrido na Bahia em 1835. Na noite de 24 para 25 de janeiro um grupo com centenas de muçulmanos, escravos e libertos, enfrentou soldados e civis armados por mais de três horas. Embora tenham sido derrotados, foi um levante de grande importância no Brasil escravista. Os sobreviventes foram punidos com prisão, morte, açoite e deportação. (Reis, 1986)

Os muçulmanos de origem árabe que chegaram ao Brasil no século XIX se dedicaram ao comércio e a maioria comercializou informalmente, o que ficou conhecido como “mascateação”, que consistia em levar artigos e produtos da capital para o interior, vendendo de porta em porta. Posteriormente, esses povos ficaram popularmente conhecidos pelo comércio, especialmente de tecidos e armarinhos.

Após o ataque às torres do *World Trade Center* em 2001, o Islamismo se tornou o centro das atenções midiáticas no mundo. “Foram colocadas em pauta questões sobre o que é o Islão e o que ele diz sobre violência, terrorismo, democracia, etc. Assim, se tornaram um importante marco dentro e fora do mundo islâmico, colocando o Islão e os muçulmanos em evidência”. (Marques, 2011, p.6) No Brasil, as reações foram diversas, desde ataques e perseguições a muçulmanos até o esforço das lideranças islâmicas em reverter a imagem negativa e mostrar o Islamismo como uma religião não violenta. Ao abrir as portas das Mesquitas para que as pessoas aprendessem mais sobre a religião, muitas conversões acabaram acontecendo e o número de locais de oração aumentou em todo o país.

Embora algumas organizações islâmicas falem na presença de mais de seis milhões de muçulmanos na América Latina, sendo 1.5 milhão só no Brasil, os últimos dados oficiais disponíveis são do IBGE no Censo de 2010, que apresentou um número de pouco mais de 35 mil praticantes do Islamismo. A maior comunidade islâmica do Brasil fica na capital paulista, que vem aumentando o número de Centros Islâmicos para atender aos novos imigrantes e o número significativo de brasileiros que têm se convertido ao islamismo.

Os conflitos em países árabes são um dos motivos mais instigadores da saída desses imigrantes de seus países de origem, como a Guerra Civil do Líbano (1975-1990) e a sangrenta Guerra Civil da Síria, que acontece desde 2011. A Guerra do Afeganistão teve início em 2001, após a invasão militar norte-americana em represália aos ataques de 11 de setembro e durou até 2021, após a retirada total das tropas pelo governo dos Estados Unidos, iniciada após o acordo de paz com o Talibã em 2020. Reconhecendo a situação do Afeganistão como uma

grave e generalizada violação dos direitos humanos⁷, o Brasil tem facilitado, desde o final de 2020, o reconhecimento da condição de refugiados aos imigrantes afegãos. Segundo dados da ACNUR, entre setembro de 2021 e abril de 2024, mais de treze mil vistos humanitários foram reconhecidos.

De acordo com relatório da OBMigra, em 2023, imigrantes de alguns países de predominância islâmica, como Líbano, Afeganistão, Bangladesh e Turquia, figuram entre os maiores solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil (Silva *et al*, 2024). Dados reunidos pela Fragomen, Del Rey, Bernsen & Loewy, empresa que atua no serviço de imigração mundial, para o Ministério da Justiça, no primeiro trimestre de 2024 o Brasil concedeu 497 vistos de trabalho a imigrantes que chegaram para o abate *halal*. Desse número, 462 são naturais de Bangladesh, enquanto o restante veio do Senegal e do Paquistão. Durante todo o ano de 2023, foram 877 pedidos concedidos (Carrieri, 2024). Uma grande parte dos muçulmanos se desloca para o Sul do país, uma vez que Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina lideram o ranking de exportações de proteína *halal* no Brasil.

4.4 EMPRESAS CERTIFICADORAS

Segundo o Relatório do Estado da Economia Islâmica Global 2023/2024, produzido pela *DinarStandart*, em 2022 os gastos de consumidores muçulmanos em áreas como alimentos, fármacos, cosméticos, moda modesta, entre outros, atingiram mais de dois trilhões de dólares, representando um aumento de 9,5% em relação ao ano anterior. Os gastos com alimentação *halal* cresceram 9,6%, chegando a marca de US\$1,4 trilhão.

Qualquer produto feito conforme as determinações islâmicas devem ser acompanhado por um certificado *halal*. Todos os países que compõem a OIC exigem a certificação, assim como países com presença expressiva de muçulmanos. A certificação busca garantir que os produtos e serviços estejam em completa conformidade com os princípios e normas islâmicas. Na indústria da carne, a rastreabilidade do certificado *halal* garante que todo o procedimento, desde a criação, passando pelo abate até a exportação, é feito sob a supervisão de uma empresa certificadora, que garante que foram cumpridas as exigências preconizadas pelos países exportadores. “O certificado Halal é um documento fiel de garantia emitido por uma instituição

⁷ Conforme preconiza o Art. 1º, Inciso III da Lei nº 9474 de 22 de julho de 1997, que determina como a proteção aos refugiados é aplicada e como se reconhece a condição de refugiado no Brasil.

certificadora Halal reconhecida por países islâmicos, para atestar que as empresas, processo e produtos seguem os requisitos legais e critérios determinados pela jurisprudência islâmica (Sharia)” (Brasil, 2022).

Atualmente, diversas empresas atuam no ramo da certificação, como FAMBRAS Halal, CDIAL Halal, SIILHalal, Alimentos Halal Brasil, Halal Approval, entre outras. Segundo a CDIAL Halal, alguns requisitos são essenciais para a obtenção da certificação:

Origem dos ingredientes: Produtos Halal devem ser elaborados com ingredientes em total conformidade com os princípios Halal, evitando componentes proibidos, como carne de porco e álcool.

Métodos de Abate: Carnes certificadas como Halal devem ter seu abate de acordo com os rituais islâmicos, seguindo o método “Zabihah”⁸ para assegurar um abate humanitário.

Higiene e Prevenção de Contaminação Cruzada: Garantir que não ocorra contaminação cruzada de ingredientes não Halal durante o processamento, mantendo a pureza do produto final.

Proibição de Contaminação por Produtos Haram: A certificação requer que produtos Halal não sejam contaminados por substâncias proibidas em nenhuma etapa da produção.

Rastreabilidade: Produtos Halal devem ser rastreáveis desde a sua origem até o consumidor final, assegurando a aderência dos padrões Halal ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

A FAMBRAS foi fundada em 1979, a princípio apenas como uma entidade que representava os interesses das associações muçulmanas do Brasil. Seu fundador, o libanês Hajj Hussein Mohamed El Zoghbi, chegou ao Brasil em 1950. Em 1975 auxiliou na primeira exportação de frango para a Arábia Saudita e Kuwait. A FAMBRAS Halal é pioneira no sistema de certificação *halal* no Brasil, atuando em toda a América Latina. Em 2004 passa a atuar em outros setores, como fármacos e cosméticos, aumentando o leque de produtos *halal* exportados pelo Brasil. A empresa certifica dezenas de empresas brasileiras, de diversos segmentos, como lácteos, chás, óleos, químicos, entre outros. Na área de frigorífico de aves, atua com algumas das mais importantes, como BRF e JBS. Segundo a Gerente de Qualidade⁹ do grupo FAMBRAS, que compreende a FAMBRAS Halal e a CIBAL Halal, Elaine Franco de Carvalho, o número de sangradores contratados pela empresa é de cerca de mil pessoas.

Outra grande empresa certificadora é a CDIAL Halal, que iniciou as atividades de certificação na década de 1980 e atua nos mais diversos segmentos, incluindo algumas plantas da BRF e da JBS. Na planta chapecoense da BRF, as empresas certificadoras que atuam são a CDIAL Halal e a Halal Approval. Chapecó é sede da certificadora SIILHalal, criada em abril

⁸ *Zabihah* é um termo islâmico que designa o processo de abate de animais para obtenção da carne

⁹ Dados coletados após contato via e-mail com o supervisor da divisão de proteína animal da JBS Seara, Moustafa Mitwalli.

de 2008, que conta em sua equipe com supervisores, especialistas técnicos, religiosos e administrativos. Um dos serviços desenvolvidos é a tradução de embalagens e rótulos para o idioma árabe. A SiilHalal é responsável pela certificação de algumas marcas conhecidas no mercado, como a Lar Cooperativa Agroindustrial, a Peccin S.A e a Docile Alimentos.

Embora muitas plantas frigoríficas tenham optado em realizar 100% do abate seguindo o método *halal*, a carne destinada ao mercado interno não conta com o selo das certificadoras. Nas fotos abaixo, frango *griller*, com embalagem destinada à exportação, fornecido a funcionários da JBS Seara, que recebem cesta de produtos mensalmente.

Foto 1- Frango *Griller* destinado ao mercado árabe com selo de certificação *halal*.



Fonte: fotografia registrada pela autora (2024)

A certificação demanda um custo adicional às empresas e não garante que o produto final tenha um preço melhor, pois o mercado islâmico paga um preço de comercialização menor que Europa, Canadá e mercado interno. No entanto, a vantagem para as empresas está no fato de que o selo *halal* garante o acesso a um mercado que compra em larga escala (Silva; Artuzo; Canozzi, 2019).

5 TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE MUÇULMANO

O imigrante muçulmano que colaborou nesta pesquisa, identificado aqui como Samir, tem 23 anos e é natural do Cairo, capital do Egito. Durante a elaboração deste trabalho, mantivemos uma comunicação constante por meio de um aplicativo de mensagens, a fim de esclarecer as dúvidas que surgiam à medida que a escrita avançava. Como mencionado anteriormente, a produção acadêmica sobre a presença muçulmana na região é quase inexistente. Por isso, a participação do entrevistado se torna fundamental, pois, apesar de jovem, Samir possui um vasto conhecimento sobre o abate *halal* e as tradições islâmicas. Nos reunimos pessoalmente por duas vezes, a primeira para conversar e conhecer melhor a sua história, e a segunda, no dia 21 de agosto de 2024, para discutir a sua trajetória.

Sua trajetória como imigrante começou aos 17 anos, quando deixou o Egito em direção à Turquia. Naquele momento, ainda era estudante e morava com a família. “Eu cresci e nasci dentro de uma família bem bonita. Meus pais foram casados 36 anos”. Os motivos que o levaram a sair do Egito foram políticos, em decorrência do golpe militar deflagrado em 2013, liderado pelo general Abdul Fattah al-Sisi, que depôs o presidente Mohammed Morsi. Para Samir, esse golpe militar significou o fim da democracia e da liberdade, levando-o a deixar o país em busca de um novo lugar para viver e estudar, aspirando sua liberdade.

A vida na Turquia não foi fácil para Samir, que disse sofrer com o racismo praticado naquele país contra imigrantes. Samir conseguiu concluir o curso de turco na faculdade *Mehmet Sultan University*, uma universidade do governo, mas não conseguiu trabalhar.

A lei lá não permite que você consiga trabalhar registrado, legalizado, a residência lá é mais difícil. Eu estava estudando também lá, consegui entrar na Faculdade Federal, faculdade do governo, de Engenharia, Engenharia Mecânica, e acabei não conseguindo continuar, acabei saindo da Turquia.

Sobre sua escolha pelo Brasil, Samir conta que estava pesquisando bastante para encontrar um novo país para morar. Seu objetivo era conseguir entrar em um país com mais oportunidades, um país que o acolhesse. Samir estava com 19 anos nesse momento, em 2019, e pensou em ir para a Europa, mas sabia que lá seria ainda mais difícil a questão do racismo e as dificuldades enfrentadas por imigrantes para residir e estudar. Pesquisando sobre a América Latina, encontrou o Brasil. “O Brasil é um país realmente acolhedor, que tem várias culturas, várias religiões, é um país forte de economia, tem várias oportunidades”. Escolhido o Brasil, sua preocupação passa a ser descobrir como seria a vida por aqui, como ele conseguiria viver, onde trabalhar, onde morar, como aprender o português.

Ele tinha medo, pois a percepção que o povo do Oriente Médio tem sobre o Brasil é de que se trata de um país perigoso e violento. Para superar essa visão limitada, continuou pesquisando sobre o país e chegou à conclusão de que aqui seria acolhido. No site da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre refugiados, conseguiu descobrir como funciona a lei de imigração, como obter os documentos legais no Brasil e como seria o tratamento da Polícia Federal. Comprou a passagem e, em uma semana, estava no Brasil.

Samir chegou em São Paulo em março de 2020, duas semanas antes do início da pandemia de Covid-19. No aeroporto de Guarulhos, pediu refúgio. Sem conseguir se comunicar em português, foi colocado em contato com uma pessoa que falava inglês, para quem conseguiu explicar que queria solicitar refúgio. Em uma sala do próprio aeroporto, foi entrevistado pela Polícia Federal e pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Samir ficou por cinco dias dentro do aeroporto de Guarulhos.

Com apenas 20 dólares em dinheiro, Samir não tinha para onde ir. Pediu ajuda da Polícia Federal, que o encaminhou para uma casa de refugiados no bairro da Mooca, onde moravam algumas famílias de haitianos e venezuelanos. Nessa casa, Samir conseguiu ajuda para confeccionar o CPF, abrir conta bancária, se matricular na Faculdade São Judas para estudar português e conseguir o Auxílio Emergencial disponibilizado pelo governo federal no período pandêmico. Além disso, foi acolhido na questão da alimentação *halal*, os outros moradores faziam a comida pra ele sem a presença de carne suína. “Por isso eu amo aquele país do fundo do meu coração, que nenhum país faz isso, nem os Estados Unidos, nem na Europa hoje em dia faz isso. É uma coisa que valoriza muito o Brasil. Realmente essa oportunidade não é para todo mundo”.

Samir acredita muito na evolução do Brasil, pela forma como recebe e acolhe os imigrantes. Para ele, se o país coloca os imigrantes para trabalhar, eles ajudam na economia e no desenvolvimento. Os imigrantes podem ter o poder de ajudar a levantar o país, uma relação de ajuda mútua, pois o imigrante cresce e não se torna um peso para a sociedade.

A primeira estadia de Samir em São Paulo durou nove meses, onde ele teve a oportunidade de aprofundar os estudos da língua portuguesa durante a pandemia. Depois de seis meses, conseguiu trabalho em um restaurante árabe, após contato com outros egípcios que viviam na capital paulista. Recebia R\$1.200,00 por mês e, como não pagava aluguel, estava conseguindo guardar um dinheiro. Infelizmente, no final do ano, o pai de Samir faleceu no Egito. Para sua tristeza, não tinha como voltar para casa, não poderia fazer nada, apenas mandar todo o dinheiro que ele tinha guardado para ajudar a família com o funeral. A família de Samir é de classe média, o pai tinha uma empresa que prestava serviço de limpeza para o governo,

realizando a limpeza dos bairros. Mas o governo encerrou o contrato, pois o exército egípcio assumiu essa função.

Samir chegou a frequentar as Mesquitas em São Paulo, no entanto, faz uma crítica à “malandragem” dos Centros Islâmicos que, segundo ele, não estavam distribuindo de forma justa as cestas básicas que receberam para doar durante a pandemia. Samir trabalhou sem registro em carteira no restaurante de seu conterrâneo, pois naquele momento estava apenas preocupado em trabalhar e recomeçar a vida. Desconhecia as leis trabalhistas sobre férias, décimo terceiro, pagamento de horas extras e que o empregador deveria pagar o transporte. Não quis cobrar, pois precisava muito do trabalho.

Por trabalhar em restaurante, se interessou sobre o processo de produção *halal*, pois via os produtos certificados que eram servidos. Em contato com um amigo egípcio, tomou conhecimento de outro conterrâneo que trabalhava como supervisor do corte *halal* em um frigorífico de Itapiranga, cidade do extremo-oeste catarinense. Após contato, foi convidado a ir até Itapiranga, pois lá teria vaga para sangrador. Saiu de São Paulo com pouco mais de mil reais na conta bancária. Chegando na cidade catarinense, não foi contratado imediatamente, precisou esperar algumas semanas até realizar todos os exames médicos necessários. Foi a primeira vez que Samir teve contato com um frigorífico e com o corte *halal*, ficando na cidade por um ano, onde trabalhou seis meses como sangrador e após foi promovido a monitor. Mas a cidade era pequena, não tinha como estudar. Decidiu vir para Chapecó, com a proposta da empresa certificadora CDIAL Halal para trabalhar como monitor na BRF, mas trabalhou apenas duas semanas, não deu certo, pois ele era mais jovem que os outros sangradores e a situação não foi bem aceita.

Após a rápida passagem por Chapecó, Samir voltou para São Paulo, onde alugou um apartamento e alugou um carro para trabalhar como motorista de aplicativo, trabalho que lhe proporcionou um rendimento melhor do que o salário que recebia no frigorífico, além de permitir que se dedicasse mais aos estudos. Fez o Ensino Médio do Brasil via Encceja, mesmo já tendo terminado os estudos no Egito, para que quando conseguisse entrar em uma faculdade brasileira, não precisasse do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras). Ficou em São Paulo pouco mais de um ano, quando recebeu a proposta de uma empresa certificadora para voltar a Chapecó, ocupando uma posição mais elevada na BRF.

A volta para Chapecó aconteceu em abril de 2023. Sobre a integração de Samir na cidade, ele considera a população local como “seca” na relação com os imigrantes. Como já esteve em vários estados brasileiros, Samir considera um traço cultural que muda de um estado para outro. “Eu não vejo como racismo, eu vejo como mais privacidade, cada um vivendo a

privacidade dele”. Ele comenta que sua esposa, paulista, mesmo sendo brasileira, também não tem muita receptividade dos vizinhos.

Ao questionar Samir sobre os procedimentos do abate *halal*, principalmente na controversa questão do uso da semi-insensibilização das aves, Samir me informa que o atordoamento continua sendo utilizado.

É com choque, é a mesma coisa, está continuando a mesma coisa. Hoje em dia, a maioria dos frigoríficos brasileiros estão continuando por conta do processamento mais rápido, por conta da quantidade de produção, que eles conseguem produzir mais rápido, conseguem atender mais clientes. É uma coisa que, infelizmente, foi aceito, porque pelos povos árabes e povos muçulmanos, uma coisa que nós mesmos não preferimos, nem é permitido, porque isso dá mais, tipo, mais sofrimento para o animal. Você está pegando um animal, colocando ele, passando na água, tomando um pouco de choque, e ainda sofre mais um pouco, depois faz o abate. Mas imagina se você pegar esse animal só uma vez, fazer o abate e pronto.

Segundo Samir, os dois únicos países que não admitem o uso do choque são Irã e Arábia Saudita. Na Malásia, alguns clientes aceitam e outros não. A BRF não exporta para nenhum desses três países. Questionado sobre o regulamento técnico UAE.S. 993/2022, Samir explicou que é uma normativa dos Emirados Árabes que organiza todo o processo *halal*, do bem-estar animal à exportação. O choque admitido no regulamento técnico varia conforme o tipo de animal e até sofre variação conforme o sexo.

Esse aqui ajuda nós, que nos dá garantia mais que a ave entra vivo na hora de abate. Que ela não morre por choque, ou não morre por outro motivo, antes do abate. É isso que é a nossa intenção, é o mais importante no processo. Que o processo *halal* todo é construído em cima disso, que a ave entra vivo na sangradora.

Na BRF, a certificadora CDIAL Halal conta com 65 sangradores. Segundo Samir, a equipe do primeiro turno¹⁰ trabalha na escala de uma hora trabalhada e uma hora de descanso. O supervisor do segundo turno reveza sua equipe em uma escala de quatro horas de trabalho para quatro horas de descanso.

Dentro dos frigoríficos, a alimentação para os trabalhadores muçulmanos é feita em separado, utilizando carne *halal*. Mesmo que o abate esteja sendo realizado totalmente pelo método islâmico, a carne que fica no mercado interno não conta com o selo *halal*. Questionado sobre como ele faz para consumir produtos permitidos em suas compras cotidianas no supermercado, Samir explicou que se utiliza do acesso que tem ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) para analisar as embalagens de carne e saber se foi abatido de forma *halal*. Muçulmanos podem comer carne que não é abatida pelo método *halal*, a única restrição é a carne de porco.

¹⁰ Primeiro turno trabalha das 02:00 às 12:00 e o segundo turno atende entre 12:00 e 21:00.

Fora isso podemos comer sim, não tem problema, porque Deus permitiu. Porque você não tem acesso, você pode comer, mas uma coisa é melhor se você conseguir uma carne *halal*, que será abatida pela forma *halal*, porque como eu trabalho nessa área, eu sei que acontece muito no mercado interno. Às vezes a ave chega morto, será abatido, entra no mercado interno. Eu não quero comer uma coisa morta.

Samir explica que muçulmanos podem consumir carne de animais abatidos por cristãos e judeus, os chamados “povos do livro”. Ele também me chama a atenção para o fato de que não é só a carne que é produzida de forma *halal* no Brasil. Muitos outros produtos, como chocolate, bolacha, leite condensado, queijo, óleo, entre outros, tem a certificação *halal*.

Sobre a realidade da maioria dos imigrantes, que enviam dinheiro para a família que ficou no país de origem, Samir explica que mesmo que a sua família tenha melhores condições, ele envia dinheiro para ajudar.

Com certeza, com certeza eu faço. Até mesmo que minha família não precisa, nós muçulmanos mesmo, pela nossa cultura religiosa, nós temos obrigação sobre os pais, sobre os irmãos, a família. Mesmo que eles não precisam, nós tem que mandar alguma coisa, assim, porque ah, mãe, pega o que você quiser, vai lá pegar um novo vestido, vê o que você tem vontade. Como a minha mãe também, ela não trabalha, ainda eu tenho mais responsabilidade. Eu vejo, às vezes, ela não é obrigação, mas ela é uma responsabilidade, é uma obrigação, pela religião, que nós tem mais responsabilidade pelos pais. (...) Tem uma frase na nossa religião, fala assim ó, a chave do paraíso pode ser na mão dos pais, que eles dão uma chance, que quando você trata eles bem, Deus vai olhar pra você como você é uma pessoa mais amada pra Deus.

Para finalizar, Samir deixa como mensagem que gostaria muito que os frigoríficos brasileiros identificassem com o selo *halal* os produtos que ficam no mercado interno, para que a comunidade muçulmana e quem mais queira consumir, consiga identificar os alimentos permitidos. Sobre a imigração, ele espera que o Brasil possa desenvolver ainda mais as questões de ajuda aos imigrantes. “Aquela ajuda que eu recebi, que eles colocam mais oportunidades para estrangeiros imigrantes que precisam, que é uma coisa que eles vai produzir e vai dar de volta mais do que eles receberam no Brasil”. Samir acredita que se o Brasil investir nos imigrantes, deixá-los produzirem, não se tornarão um peso, pelo contrário, os imigrantes chegam sem nada, com muita vontade de trabalhar para construir uma vida, conquistar uma casa, um carro, e nesse processo, ajudam a economia do país. O que o Brasil faz pelos imigrantes causa um impacto que nunca será esquecido, e faz com que os estrangeiros queiram ajudar a levantar o país. “Eu amo esse país do fundo do meu coração”.

A trajetória imigrante de Samir chama a atenção por ter começado com ele ainda tão jovem, enfrentando os diversos desafios impostos aos que saem de seus países, com o agravo de pertencer a uma religião ainda muito associada ao terrorismo. Corroborando com muitas

informações levantadas durante a pesquisa, é possível ver a estreita relação da imigração com o trabalho, do desejo de progredir e prosperar. Combinado a isso, no caso dos imigrantes muçulmanos, ainda há a questão da contratação terceirizada, que os deixa ainda mais vulneráveis à superexploração no trabalho, pois não há reconhecimento e proteção da legislação trabalhista, os expondo aos mandos e desmandos dos empregadores.

Suas falas deixam claro a importância que o consumo de produtos *halal* tem para os muçulmanos, que mesmo longe de seus territórios, onde encontrariam facilmente os produtos certificados, buscam uma forma de consumir alimentos permitidos.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho era analisar a presença muçulmana em Chapecó e região para o abate *halal* que atende os preceitos do Islamismo e toda a gama de implicações desse processo, desde a atuação das empresas certificadoras até a importância econômica das exportações de frango para os países árabes e de maioria islâmica. Para um melhor entendimento desse contexto, precisamos entender a dinâmica de ocupação da região desde o princípio, que mesmo habitada por povos originários e caboclos, só é considerada colonizada após a chegada de colonos vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes de alemães, italianos e poloneses, que precisaram sair das velhas colônias gaúchas, cujas terras já estavam esgotadas. Essa colonização marca a forma como os imigrantes são vistos até a atualidade pela população local, presa ao mito de que apenas os descendentes de europeus são imigrantes que trabalharam pelo progresso da região, apagando a história de quem aqui já habitava e desmerecendo os atuais protagonistas do novo fluxo migratório que vieram em busca de uma vida melhor, se sujeitando ao trabalho pesado da agroindústria, trabalho esse que os daqui não queriam mais fazer, pois conhecem muito bem as consequências físicas e emocionais de trabalhar em condições insalubres.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, podemos perceber que a imigração haitiana, por ser a mais antiga da atualidade, e pela ligação com a UFFS, possibilitou uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos desenvolvidos. A migração venezuelana, com suas implicações políticas e sociais, segue o mesmo caminho. É visível que as produções acadêmicas vêm crescendo, com professores e alunos da universidade desenvolvendo diversos projetos e pesquisas sobre o tema. Já a presença muçulmana na região é ainda pouco estudada, deixando em aberto uma grande possibilidade de desenvolvimento de pesquisas e projetos, devido a importância do trabalho desenvolvido por eles, além de todas as questões que rodeiam o abate *halal* em contexto religioso, econômico e cultural.

Além disso, narrar a trajetória de um único imigrante muçulmano despertou o interesse em contar outras histórias, pois cada imigrante carrega em si seus motivos para migrar, suas memórias e saudades. E não apenas de imigrantes de religião islâmica, mas sim de tantos povos diferentes, inclusive brasileiros de outras regiões do país, que convivem diariamente com uma sociedade elitista e que os coloca no lugar de “outros”, embora todos estejam aqui desenvolvendo atividades que contribuem com o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Direitos das pessoas refugiadas e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado**. Disponível em: https://help.unhcr.org/brazil/direitos-e-deveres/direitos-pessoas-refugiadas-e-solicitantes/?_gl=1*r9v1y4*_up*MQ..&gclid=CjwKCAjw1emzBhB8EiwAHwZZxfTgeYgVL8CEM04MRL7eKnuyWWWfdOAXDsE3q05TqgW08nRFfN-WnBoCJ68QAvD_BwE Acesso em 18 jun. 2024.
- ACNUR. **Integração de venezuelanos refugiados e migrantes no Brasil**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/5-pages-Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil-pt.pdf> Acesso em: 18 jun. 2024.
- ACNUR. **Proteção e assistência às pessoas refugiadas afegãs no Brasil**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2024/05/Afghan-report-April-24-PT-version.pdf> Acesso em: 16 set. 2024.
- AL-SHEHA, Abdurrahman. **A mensagem do islam**. São Paulo: Fambbras, 2018.
- ARMSTRONG, Karen. **O Islã**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **Relatório Anual 2024**, frango, p.57-73. Disponível em: ABPA-Relatorio-Anual-2024_capa_frango.pdf (abpa-br.org) Acesso em: 09 jul. 2024.
- AZEVEDO, Gabriel. Brasil é líder mundial em exportação de alimentos para o mundo islâmico. **Canal Rural**, 23 out. 2023. *On-line*. Disponível em: [Brasil é líder em exportação de alimentos para o mundo islâmico \(canalrural.com.br\)](Brasil%20%C3%A9%20l%C3%ADder%20em%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20alimentos%20para%20o%20mundo%20isl%C3%A2mico%20(canalrural.com.br)) Acesso em: 18 jul. 2024.
- BARBOUR, Ana Maria. Você sabe o que é alimento Halal? **Instituto da Cultura Árabe**, 15 dez. 2010. *On-line*. Disponível em: [Você sabe o que é alimento Halal? \(icarabe.org\)](Voc%C3%AAe%20sabe%20o%20que%20%C3%A9%20alimento%20Halal%3F) Acesso em: 30 jul. 2024.
- BERNARTTE, Maria de Lourdes *et al.* Movimento Migratório no sul do Brasil: o caso dos haitianos no oeste catarinense. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 7, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais Identidade Territorial, Cultural e Desenvolvimento Regional**. *On-line*. Disponível em: [MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO SUL DO BRASIL: O CASO DOS HAITIANOS NO OESTE CATARINENSE | Bernartt | Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional \(unisc.br\)](MOVIMENTO%20MIGRAT%C3%93RIO%20NO%20SUL%20DO%20BRASIL%3A%20O%20CASO%20DOS%20HAITIANOS%20NO%20OESTE%20CATARINENSE%20|%20Bernartt%20|%20Semin%C3%A1rio%20Internacional%20sobre%20Desenvolvimento%20Regional%20(unisc.br)) Acesso em: 13 jun. 2024.
- BISPO, Fábio; ALVES, Schirlei. Racismo e xenofobia na indústria da carne. **O joio e o trigo**, 05 ago. 2021. *On-line*. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/racismo-e-xenofobia-na-industria-da-carne/> Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023**. Disponível em: [notas estatisticas censo da educacao basica 2023.pdf](notas%20estatisticas%20censo%20da%20educacao%20basica%202023.pdf) (inep.gov.br) Acesso em 09 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida**, 2023. Disponível em: [Operação Acolhida — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/desenvolvimento/assistentia-social/familia-e-combate-a-fome/operacao-acolhida) Acesso em 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil acolhe mais de 125 mil migrantes e refugiados venezuelanos por meio da Operação Acolhida**, 08 mar. 2024. Disponível em: [Brasil acolhe mais de 125 mil migrantes e refugiados venezuelanos por meio da Operação Acolhida — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/desenvolvimento/assistentia-social/familia-e-combate-a-fome/operacao-acolhida) Acesso em 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Ministério do Trabalho e Emprego resgata 24 trabalhadores venezuelanos em condição análoga à escravidão em Santa Catarina**, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/fevereiro/ministerio-do-trabalho-e-emprego-resgata-24-trabalhadores-venezuelanos-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-santa-catarina> Acesso em 08 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> Acesso em 23 set. 2024.

BRASIL. **Portaria MTE nº 555, de 18 de abril de 2013**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitativa-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-36-atualizada-2024-1.pdf> Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 365, de 16 de julho de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-365-de-16-de-julho-de-2021-334038845> Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **Certificação Halal**, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/conhecendo-temas-importantes-1/certificacao-halal> Acesso em 02 set. 2024.

CADERNO temático Moendo gente: a situação do trabalho nos frigoríficos. **ONG Repórter Brasil**, 2012. *On-line*. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf Acesso em: 18 jun. 2024.

CARDOSO, Michele Gonçalves. Allah na cidade das etnias: a inserção do grupo étnico árabe na identidade urbana de Criciúma/SC. **Revista OPSIS**, v.8, n.10, p.161-177, mar. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5216/o.v8i10.9299>. *On-line*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311111111> **(PDF) Allah na cidade das etnias: a inserção do grupo étnico árabe na identidade urbana de Criciúma/SC** [researchgate.net](https://www.researchgate.net/publication/311111111)) Acesso em: 17 jul. 2024.

CARNE, osso. Direção de Caio Cavechini; Carlos Juliano Barros. **ONG Repórter Brasil**, 2011. *On-line*. Disponível em: https://youtu.be/p1mpKSe_wuw?si=MvrRG0PindTUiW

Acesso em: 18 jun. 2024.

CARRIERI, Marcos. Brasil recebe 497 profissionais de abate halal. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 08 abr. 2024. *On-line*. Disponível em: <https://anba.com.br/brasil-recebe-497-profissionais-de-abate-halal/> Acesso em 09 set. 2024.

CASTRO, Mariana. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana | Militarization and Necropolitics of the Frontier: the responses of Brazil to the growing Venezuelan migration. **Mural Internacional**, v.11, p.1-15, 26 nov. 2020. DOI: 10.12957/rmi.2020.48787. *On-line*. Disponível em: [Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana | Militarization and Necropolitics of the Frontier: the responses of Brazil to the growing Venezuelan migration | Mural Internacional \(uerj.br\)](#) Acesso em: 19 jun. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra**, v.1, n.2, p.35-47, 2015. *On-line*. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm> Acesso em: 11 set. 2024.

CHAPECÓ é porta de entrada de imigrantes. **Diário do Iguacu**. 24 nov. 2022. *On-line*. disponível em: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/2022-11-24-chapeco-e-porta-de-entrada-de-imigrantes> Acesso em: 12 jun. 2024.

CRUZ, Dulcinéia da. **A formação do ‘Total Trabalhador Sadia: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na SADIA S.A. 2000** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação do Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. *On-line*. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78436> Acesso em: 02 set. 2024.

DANIEL, Isaura. Ministra pede reabilitação de frigoríficos de frango. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 18 set. 2019. *On-line*. Disponível em: [Ministra pede reabilitação de frigoríficos de frango - Agência de Notícias Brasil-Árabe \(anba.com.br\)](#) Acesso em: 26 ago. 2024.

FAMBRAS Halal. **Abate Halal**. Disponível em: <https://www.fambrashalal.com.br/abate-halal> Acesso em: 24 jul. 2024.

FAMBRAS Halal. **Mercado Halal**. Disponível em: <https://www.fambrashalal.com.br/mercado-halal> Acesso em 24 jul. 2024.

HACHEM, Zakia Ismail; TONHATI, Tânia. Crianças e Adolescentes na Imigração Internacional no Brasil. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Sarah F. Lemos (org.) **Relatório anual 2023 OBMigra**, 2023, p.116-130. *On-line*. Disponível em: [Relatório Anual 2023.pdf \(mj.gov.br\)](#) Acesso em 08 jul. 2024.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Cidades e Estados: Chapecó, 2022.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. População residente, por religião. Brasil, 2010.

INTEGRAÇÃO comunitária: Daniel Decimus fala sobre a comunidade haitiana em Chapecó. **Diário do Iguacu**. 20 jun. 2023. *On-line*. Disponível em: [Integração Comunitária: Daniel Decimus fala sobre a comunidade haitiana em Chapecó \(diregional.com.br\)](https://www.diregional.com.br/integracao-comunitaria-daniel-decimus-fala-sobre-a-comunidade-haitiana-em-chapeco) Acesso em: 12 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. *On-line*. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content> Acesso em: 17 jun. 2024.

KHALIL, Raphael Scheffer. **Em nome de Alá**: produção de carne *halal*, migrações transnacionais e direitos humanos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Antropologia) - Curso de graduação em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguacu, 2018. *On-line*. Disponível em: [Em Nome de Alá: Produção de Carne Halal, Migrações Transnacionais e Direitos Humanos \(unila.edu.br\)](https://unila.edu.br/em-nome-de-ala-producao-de-carne-halal-migracoes-transnacionais-e-direitos-humanos) Acesso em: 13 mai. 2024.

LIPKA, Michael. Muçulmanos e Islã: principais descobertas nos EUA e em todo o mundo. **Pew Research Center**, 9 ago. 2017. *On-line*. Disponível em: [Muçulmanos e Islã: Principais descobertas nos EUA e em todo o mundo | Centro de Pesquisa Pew \(pewresearch.org\)](https://www.pewresearch.org/muslims-and-islam/) Acesso em: 02 set. 2024.

LOPEZ, Gabriel Angel Jimenez. **Trabalho e Ritual**: Uma etnografia dos imigrantes e refugiados muçulmanos que realizam o abate *halal* nos frigoríficos do oeste catarinense. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. *On-line*. Disponível em: [dissertação com folha de assinatura 2.pdf \(ufscar.br\)](https://ufscar.br/dissertacao-com-folha-de-assinatura-2.pdf) Acesso em: 09 jan. 2024.

LUDTKE, Charli Beatriz *et al.* **Abate humanitário de aves**, Rio de Janeiro, WSPA, 2010. *On-line*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/arquivos-publicacoes-bem-estar-animal/programa-steps-abate-humanitario-de-aves.pdf> Acesso em: 08 jul. 2024.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. Os muçulmanos no Brasil. **Etnográfica**, v.15, n.1, p.31-50, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.777>. *On-line*. Disponível em: [Os muçulmanos no Brasil \(openedition.org\)](https://openedition.org/etnografica/15.1/31-50) Acesso em: 10 jul. 2024.

MARTÍN, Marina de Lucas. Análisis del mercado *halal*: comportamiento y tendencias del consumidor musulmán. **Facultad de Económicas y Empresariales**, 2020. *On-line*. Disponível em: [retrieve \(comillas.edu\)](https://comillas.edu/retrieve) Acesso em: 17 set. 2024.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p.3-22, jul./set. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300001>. *On-line*. Disponível em: [SciELO - Brasil - A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21 A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21](#) Acesso em: 28 ago. 2024.

MENEZES, Cynara. **O drama dos muçulmanos nos abatedouros brasileiros**, 17 jun. 2014. Disponível em: [O drama dos muçulmanos nos abatedouros brasileiros | IKMR](#) Acesso em: 13 mai. 2024.

MENEZES JÚNIOR *et al.* Abate halal no Brasil, relações e correlações com as liberdades religiosa e econômica. **Caderno de Relações Internacionais**, v.12, n.23, p.37-62, 09 mai. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22293/21791376.v12i23.1443>. *On-line*. Disponível em: [ABATE HALAL NO BRASIL, RELAÇÕES E CORRELAÇÕES COM AS LIBERDADES RELIGIOSA E ECONÔMICA | Caderno de Relações Internacionais \(faculdededamas.edu.br\)](#) Acesso em: 13 mai. 2024.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**, v.10, n.22, p.53-70, 11 set. 2018. *On-line*. Disponível em: [Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual | Revista Aedos \(ufrgs.br\)](#) Acesso em: 19 jun. 2024.

NOGARA, Jane. Francisco: “O imigrante é Cristo que bate à nossa porta”. **Vatican News**, 11 mai. 2023. *On-line*. Disponível em: [Francisco: “O migrante é Cristo que bate à nossa porta” - Vatican News](#) Acesso em: 10 set. 2024.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Perfil dos afastamentos - INSS**, Chapecó/SC. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/4204202?dimensao=perfilCasosAfastamentos> Acesso em: 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, Eliziane Tamanho. **Branquitude e poder nas relações entre moradores locais e imigrantes haitianos**: falando de raça no oeste catarinense. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. *On-line*. Disponível em: [Repositorio Digital UFFS: Branquitude e poder nas relações entre moradores locais e imigrantes haitianos: falando de raça no oeste catarinense](#) Acesso em: 17 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. **Deslocamentos assistidos de venezuelanos**, abril 2018 - agosto 2024. Disponível em: [Informe Deslocamentos assistidos de venezuelanos Ago24 \(iom.int\)](#) Acesso em 20 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. **Estratégias de interiorização**, abril 2018 - agosto de 2024. Disponível em: [Painel Interiorização \(mds.gov.br\)](#) Acesso em 20 set. 2024.

PANASSOLO, Emanuéli. **Uma análise, sob uma perspectiva intercultural crítica, das ações de inclusão de alunos imigrantes em algumas escolas públicas no município de Chapecó, SC.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português e Espanhol) - Universidade da Fronteira Sul, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7287> Acesso em: 25 jun. 2024.

PEREIRA, Fagner Guglielmi Guglielmi; TOSTES, Suzane Conceição Pantolfi. O local e o global: um estudo sobre trabalhadores muçulmanos no contexto de transnacionalização econômica (2010-2020). **Revista Aedos**, v.12, n. 27, p. 380-412, 09 abr. 2021. *On-line*. Disponível em: [O local e o global: um estudo sobre trabalhadores muçulmanos no contexto de transnacionalização econômica \(2010-2020\) | Revista Aedos \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/revista-aedos/article/view/1354) Acesso em: 13 mai. 2024.

PRIMI, Lilian. Índios na linha de produção: Frigoríficos buscam mão de obra em aldeias para trabalho com alto índice de doenças. **Revista Caros Amigos**, n.197, p.20-23, ago. 2013.

RADIN, José Carlos. A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítálos (1940-1960). **Revista História: Debates e Tendências**, v.19, n.4, p. 720-744, 23 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.19n.4.10495>. *On-line*. Disponível em: [A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítálos \(1940-1960\) \(redalyc.org\)](https://www.redalyc.org/org/doi/10.5335/hdtv.19n.4.10495) Acesso em: 27 jun. 2024.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Agroindústria frigorífica. *In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense*. Chapecó: Ed. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018. p. 15-21. *E-book*. Disponível em: [SciELO Books | Dicionário histórico-social do Oeste catarinense](https://www.scielo.org/br/pt/livre/Dicionario-historico-social-do-oeste-catarinense) Acesso em: 27 jun. 2024.

RAMOS, Vanessa; GIOVANAZ, Daniel. Empresários tentam afrouxar norma de 2013 que protege trabalhadores de frigoríficos. **Brasil de Fato**, 16 mar. 2021. *On-line*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/16/empresarios-tentam-afrouxar-norma-de-2013-que-protege-trabalhadores-de-frigorificos#:~:text=Empres%C3%A1rios%20do%20setor%20de%20abate,para%20os%20trabalhadores%20de%20frigor%C3%ADficos>. Acesso em 25 jun. 2024.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986, 293 p.

RENK, Arlene. Minorias étnicas trabalhadoras em agroindústrias no oeste catarinense. *In: WINCKLER, Silvana; PEREIRA, Reginaldo; RENK, Arlene (org.). Reflexões sobre cidadania e direitos humanos na nova ordem mundial*. São Leopoldo: Karywa, 2016. p. 193-204. *E-book*. Disponível em: [reflexoes-sobre-cidadania-e-direitos-humanos-na-nova-ordem-mundial.pdf \(wordpress.com\)](https://www.wordpress.com/wordpress.com/2016/07/reflexoes-sobre-cidadania-e-direitos-humanos-na-nova-ordem-mundial.pdf) Acesso em: 18 jun. 2024.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina - uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**, v.31, n. 49, p. 10-22, 04 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22562/2018.49.01>. *On-line*. Disponível em: [A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional | Revista Cadernos do Ceom \(unochapeco.edu.br\)](https://www.unochapeco.edu.br/revista-cadernos-do-ceom/article/view/1354) Acesso em: 03 set. 2024.

RISSON, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; LAJÚS, Maria Luíza de Souza. Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v.1, n. 1, p. 144–152, 26 out. 2017. *On-line*. Disponível em: [Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina | Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações \(unb.br\)](#) . Acesso em: 17 jun. 2024.

ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. **Cadernos do CEOM**, v.19, n. 23, p. 257-263, 02 jul. 2014. *On-line*. Disponível em: [Síntese histórica da região oeste | Revista Cadernos do Ceom \(unochapeco.edu.br\)](#) Acesso em: 30 ago. 2024.

SANT ANNA, James Eduard Campos e; AL SHEIKH, Yunus Mustafa; SPADOTTO, Anselmo José. Comparação entre abate halal e convencional de bovinos em uma visão islâmica e zootécnica. **Revista Ciência Animal**, v.31, n.4, p. 107-117, 03 nov. 2022. *On-line*. Disponível em: [COMPARAÇÃO ENTRE ABATE HALAL E CONVENCIONAL DE BOVINOS EM UMA VISÃO ISLÂMICA E ZOOTÉCNICA | Ciência Animal \(uece.br\)](#) Acesso em: 13 mai. 2024.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 304 p. ISBN 853140441.

SIGNORI, Andreia Aparecida; STUBE, Angela Derlise. Condições diferentes, discursos semelhantes: as regularidades no discurso oficial sobre e para imigrantes no oeste de SC. **Revista Porto das Letras**, v.10, n.1, p.206-223, 19 mai. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20873/10.20873-2024-7705>. *On-line*. Disponível em: [Periódicos - UFT | Porto das Letras](#) Acesso em: 19 jun. 2024.

SILVA, Augusto; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n.18, p. 139-160, 5 jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2010n18.8080>. *On-line*. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8080> Acesso em: 30 ago. 2024.

SILVA, Gustavo Junger da; CAVALCANTI, Leonardo, SILVA, Sarah Lemos; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Refúgio em números, 2024**. Observatório das Migrações Internacionais. *On-line*. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20%20edicao%20-%20final.pdf Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, Pedro Xavier da; ARTUZO, Felipe Dalzzotto; CANOZZI, Maria Eugênia. Mercado brasileiro de frango halal: influências do ambiente institucional e barreiras à entrada. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v.12, n.3, p.935-956, 05 ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2019v12n3p935-956>. *On-line*. Disponível em: [MERCADO BRASILEIRO DE FRANGO HALAL: INFLUÊNCIAS DO AMBIENTE INSTITUCIONAL E BARREIRAS À ENTRADA | Revista em Agronegócio e Meio Ambiente \(unicesumar.edu.br\)](#) Acesso em: 13 mai. 2024.

SOARES, Claudete Gomes. A presença de haitianos no oeste catarinense: o encontro com a branquitude. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v.5, ed. especial, mai. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1549>. *On-line*. Disponível em: [\(PDF\) A presença de haitianos no oeste catarinense: o encontro com a branquitude \(researchgate.net\)](#) Acesso em: 28 ago. 2024.

SOARES, Claudete Gomes; ANDREOLA, Neuri José. Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense. **Temáticas**, v.25, n. 49, p. 85–114, 30 dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v25i49/50.11130>. *On-line*. Disponível em: [Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense | Tematicas \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 25 jun. 2024.

SOARES, Laura; TREVISAN, Caroline; FLAIN, Angela. Ensino de Português brasileiro para imigrantes haitianos: um estudo de caso. **Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos**, v.01, n.01, p. 88-101, 05 fev. 2017. *On-line*. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/20> Acesso em: 18 jun. 2024.

STANDART, Dinar. **Relatório sobre o estado da economia islâmica global**. Disponível em: <https://www.dinarstandard.com/post/state-of-the-global-islamic-economy-report-2023> Acesso em 02 set. 2024.

TAHA, Fátima Sihame. Os deslocamentos humanos muçulmanos para o Brasil. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v.03, n.15, p.1-25, 09 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.55470/relaec.37617>. *On-line*. Disponível em: [OS DESLOCAMENTOS HUMANOS MUÇULMANOS PARA O BRASIL | Revista Latino-Americana de Estudos Científicos \(ufes.br\)](#) Acesso em: 13 mai. 2024.

TEDESCO, João Carlos. “Com a faca no pescoço”: trabalho, mercado e religião. A certificação halal e os imigrantes nos frigoríficos de aves no sul do país. **Revista Signos**, v.37, n.2, p.157-177, 23 dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1084> *On-line*. Disponível em: [“COM A FACA NO PESCOÇO”: TRABALHO, MERCADO E RELIGIÃO. A CERTIFICAÇÃO HALAL E OS IMIGRANTES NOS FRIGORÍFICOS DE AVES NO SUL DO PAÍS | Revista Signos \(univates.br\)](#) Acesso em: 09 jan. 2024.

TOSI, Marcos. Questão religiosa pode mudar forma de abate de frango no Brasil. **Gazeta do Povo**, 22 jun. 2018. *On-line*. Disponível em: [Questão religiosa pode mudar forma de abate de frangos \(gazetadopovo.com.br\)](#) Acesso em: 26 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 32/CONSUNI/UFFS/2013**. (Revogada). Chapecó: UFFS, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019**. Chapecó: UFFS, 2019.

U.S Department of Agriculture. Emirados Árabes Unidos: Emirados Árabes Unidos atualizam regulamento técnico para abate de animais de acordo com as regras islâmicas.. **USDA**, 7 Mar. 2023. Disponível em: [United Arab Emirates: UAE Updated Technical Regulation for Animal Slaughtering According to Islamic Rules | USDA Foreign Agricultural Service](#) Acesso em 26 ago. 2024.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, v.19, n. 25, p. 301-318, 16 jul. 2014. *On-line*. Disponível em: [Colonizadora Bertaso e a \(des\) ocupação no Oeste Catarinense | Revista Cadernos do Ceom \(unochapeco.edu.br\)](#) Acesso em: 24 jun. 2024.

VILLELA, Ana Laura Vianna. Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC. **Cadernos do CEOM**, v.20, n. 27, 04 jul. 2014. *On-line*. Disponível em: [Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó/SC | Revista Cadernos do Ceom \(unochapeco.edu.br\)](#) Acesso em: 24 jun. 2024.

WEDIG, Josiane Carine. **Territorialidade e resistência:** trajetórias de caboclos no oeste catarinense. 2012. 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA/2012). *On-line*. Disponível em: [01_Josiane_Wedig.pdf \(uniara.com.br\)](#) Acesso em: 30 ago. 2024.